



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA – CAMPUS I  
**COLEGIADO DO CURSO DE URBANISMO**

SILVIA BELITARDO OGAWA

APREENSÃO DE TERMOS E LÓGICAS DO URBANISMO  
PELA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA:  
O CASO DA ENGOMADEIRA / SALVADOR / BA / BRASIL

Salvador  
2004

SILVIA BELITARDO OGAWA

APREENSÃO DE TERMOS E LÓGICAS DO URBANISMO  
PELA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA:  
O CASO DA ENGOMADEIRA / SALVADOR / BA / BRASIL

Trabalho monográfico apresentado  
na disciplina Seminário Monográfico  
como requisito parcial para obtenção  
do grau de Bacharel em Urbanismo.

Orientadora:  
Débora de Lima Nunes Sales

Salvador  
2004



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA – CAMPUS I  
**COLEGIADO DO CURSO DE URBANISMO**

SILVIA BELITARDO OGAWA

APREENSÃO DE TERMOS E LÓGICAS DO URBANISMO  
PELA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA:  
O CASO DA ENGOMADEIRA / SALVADOR / BA / BRASIL

Monografia para obtenção do grau de Bacharel em Urbanismo

Salvador, 10 de novembro de 2004

Banca Examinadora:

Professor Antônio Dias Nascimento \_\_\_\_\_

Doutor em Sociologia

Universidade de Liverpool, Inglaterra

Professor Clímaco César Siqueira Dias \_\_\_\_\_

Mestre em Geografia

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Professora Débora de Lima Nunes Sales – Orientadora \_\_\_\_\_

Doutora em Urbanismo

Universidade Paris XII, França

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 01: Bairro da Engomadeira, visto da UNEB.....	33
Mapa 01: Mapa de localização do Bairro da Engomadeira, segundo RAs.....	34
Mapa 02: Mapa de localização do Bairro da Engomadeira.....	35
Mapa 03: Planta do Bairro da Engomadeira.....	36
Foto 02: Posto policial.....	40
Foto 03: Ponto de ônibus.....	40
Foto 04: Rua que acaba em via estreita e de terra.....	40
Foto 05: Casa em local alto, sem escadaria de acesso.....	40
Foto 06: Casa de baixo padrão construtivo e com muro improvisado.....	40
Foto 07: Campo de futebol improvisado no terreno da UNEB.....	40
Foto 08: Esgoto a céu aberto.....	41
Foto 09: Bueiro sem tampa de proteção e coberto de mato e lixo.....	41
Foto 10: Escadaria sem manutenção.....	41
Foto 11: Escadaria estreita e pavimentação sem manutenção.....	41
Mapa 04: Planta de uso do solo do Bairro da Engomadeira.....	42
Gráfico 01: Opinião em relação aos serviços urbanos nos últimos 5 anos.....	44
Gráfico 02: Reclamações mais frequentes em relação aos serviços públicos....	45
Gráfico 03: Distribuição das respostas consideradas corretas (sobre quem é o responsável por cada serviço público.....	46
Gráfico 04: Distribuição das respostas consideradas erradas (sobre quem é o responsável por cada serviço público.....	47
Foto 12: Painel – Aplicação do Jogo da Cidade na Engomadeira.....	67

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Renda familiar mensal no Bairro da Engomadeira.....	39
Tabela 02: Opinião em relação aos serviços urbanos nos últimos 5 anos.....	44
Tabela 03: Reclamações mais freqüentes em relação aos serviços públicos....	45
Tabela 04: Responsável por cada serviço urbano.....	46
Tabela 05: Você já foi consultado para dar opinião sobre algum desses serviços?.....	48
.	
Tabela 06: Renda familiar mensal.....	50
Tabela 07: Escolaridade do entrevistado e do chefe da família.....	51
Tabela 08: Interesse despertado por temas de notícia.....	52
Tabela 09: Quadro resumo dos interesses em relação ao bairro, cidade, estado, país e mundo.....	54
Tabela 10: O entrevistado soube dar uma notícia sobre determinada área.....	55
Tabela 11: Assuntos que mais preocupam.....	55
Tabela 12: Participação em associações, grupos ou clubes.....	56
Tabela 13: Problemas gerais do bairro, segundo os entrevistados.....	58
Tabela 14: Acerto quanto ao número de habitantes do Bairro da Engomadeira.	61
Tabela 15: Equipamentos ou serviços urbanos necessários a um bairro, segundo os entrevistados.....	65
Tabela 16: Ações a serem desenvolvidas na busca de melhorias urbanas.....	66

## LISTA DE SIGLAS UTILIZADAS

CAB	Centro Administrativo da Bahia
COELBA	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
COMOBE	Conselho de Moradores do Bairro da Engomadeira
EMBASA	Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.
LIMPURB	Empresa de Limpeza Urbana/BA
SICAR	Sistema de Informações Cartográficas da Região Metropolitana de Salvador
TELEBAHI	Telecomunicações da Bahia S.A.
A	
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo conectar educação e urbanismo, tendo sido um estudo do conhecimento que comunidades pobres possuem sobre termos urbanísticos vivenciais e termos urbanísticos acadêmicos, usuais para o urbanista. O primeiro passo para sua realização foi a preparação de um estudo bibliográfico contendo temas como comunicação, educação popular, métodos alternativos de aprendizado, urbanismo participativo e estigmatização da pobreza. O passo seguinte foi, adotando o método “estudo de caso”, conhecer o grau de conhecimento de termos e lógicas do urbanismo por moradores da Engomadeira, bairro popular de Salvador, localizado no miolo da cidade, que apresenta carência de diversos equipamentos e serviços públicos. Para este estudo foram realizados questionários e entrevistas, além de visitas para conhecer a população escolhida e aplicar o “Jogo da Cidade”, jogo que tem como objetivo maior a evidenciação de técnicas de busca de melhorias para bairros carentes, por meio da união de iniciativas, ações, recursos e contatos. Nesta pesquisa fica evidente que as populações de baixa renda têm pouco ou quase nenhum acesso a educação no Brasil, característica que se repete em Salvador. Em consequência, a maioria dos moradores de bairros pobres soteropolitanos não consegue entender os processos urbanos e necessidades do seu local, o que dificulta a comunicação e o entendimento da cidade e também o que fazer para melhorá-la. O difícil acesso à educação básica, e aos processos urbanos, conseqüentemente, atrapalha a participação e a busca de melhorias para as moradias e ambiente nos bairros pobres da cidade, fato que pode ser contornado através do empreendimento de técnicas alternativas à educação formal, como a educação popular aliada a outras fontes de aprendizado, como o próprio “Jogo da Cidade”.

**Palavras-chave:** Educação popular; Engomadeira – Salvador – Bahia; Jogo da Cidade; Pobreza; Urbanismo.

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. DA DIFICULDADE DE COMUNICAÇÃO À POSSIBILIDADE DE INTERFERIR EM DECISÕES URBANÍSTICAS .....	10
1.1 Comunicação, linguagem e códigos lingüísticos: código elaborado x código restrito.....	10
1.2 População pobre e educação.....	13
1.3 Educação formal e educação popular .....	15
1.4 A “ilusão urbanística”, de Lefebvre.....	17
1.5 Urbanismo Participativo .....	20
1.6 Outras fontes de aprendizado: jogos como processos educativos .....	21
2. APLICANDO O JOGO DA CIDADE NA COMUNIDADE DE ENGOMADEIRA .....	23
2.1 Sobre o Jogo da Cidade .....	23
2.2 Metodologia do trabalho de campo .....	31
2.3 Caracterização da área estudada .....	33
2.3.1 Localização .....	33
2.3.2 Histórico .....	33
2.3.3 Dados demográficos e situação atual do Bairro.....	39
2.3.4 Pesquisa na Engomadeira sobre o grau de satisfação e conhecimento da comunidade em relação a serviços urbanos (2002).....	43
3. APREENSÃO DE TERMOS E LÓGICAS DO URBANISMO PELA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA.....	49
3.1 Questionário de Conhecimento.....	49
4. DIFERENÇAS NO ENTENDIMENTO DE TERMOS E LÓGICAS DO URBANISMO APÓS O JOGO DA CIDADE.....	67
BIBLIOGRAFIA.....	70
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE CONHECIMENTO.....	72
ANEXO A – MANUAL DO JOGO DA CIDADE.....	75

## INTRODUÇÃO

Na introdução de seu livro “Limites do Habitar” (2000), SOUZA diz que um maior conhecimento da realidade da pobreza e das condições precárias em que habitam muitos soteropolitanos incitaria os arquitetos e urbanistas a “criar com o coletivo possibilidades de mudanças nesses espaços de viver” (p. 14), ou seja, aumentaria o desejo de intervir e melhorar o espaço urbano, o que estimularia essa coletividade a tomar parte do processo de intervenção e melhoria dos espaços urbanos pelos arquitetos e urbanistas. E as pessoas mais interessadas dessa “coletividade” seriam os moradores dos bairros populares de Salvador, que têm carência dos mais diversos tipos, desde comida até diversão.

Mas aí surge um grave problema: o morador de bairros de classe social mais baixa tem dificuldade de comunicação e de entendimento em relação a assuntos urbanos, pois é vítima de uma exclusão sócio-cultural causada pela falta de informação e conhecimento aprofundado da realidade, o que faz com que se sinta incapaz de participar em processos decisórios relativos ao seu espaço urbano (NUNES, 2002). Do outro lado, o profissional de Urbanismo não tem suficiente noção de que não está sendo totalmente entendido quando fala de intervenção, recursos financeiros, etc, ou, quando tem esta compreensão, nem sempre está preparado para facilitar a comunicação com os habitantes e assim favorecer sua participação em decisões de Urbanismo que lhes dizem respeito.

Este trabalho almeja ser uma contribuição para a compreensão dos problemas existentes no diálogo urbanista – população pobre de baixa escolaridade. Sabendo que as pessoas de baixa renda têm acesso diferenciado à educação, e, conseqüentemente, ao entendimento de questões urbanas, faz-se necessário que os “profissionais do urbano” (os urbanistas, os arquitetos, os engenheiros, os economistas, os geógrafos, os sociólogos, entre outros, segundo Lacaze, 1993) tenham noção deste problema de comunicação, pois se já é difícil o acesso à educação básica, entender os processos urbanos é ainda mais complicado, devido à complexidade do tema. Pesquisas de campo realizadas no âmbito da formação acadêmica da autora sugerem que os moradores de bairros periféricos têm dificuldade de perceber os processos urbanísticos ao seu redor, faltando-lhes um conhecimento mais aprofundado dos instrumentos de intervenção urbana (planos,

projetos, diagnósticos, manutenção e custos, por exemplo), e suas possibilidades de interferir nas decisões de Urbanismo. E isso atrapalha o processo de participação e busca de melhorias nas suas moradias e em seu ambiente.

Partindo do pressuposto de que a dinâmica de busca de serviços e equipamentos urbanos pode ser apreendida pelos moradores de bairros pobres através de um processo de aprendizado que utiliza um jogo que versa sobre participação popular, este trabalho é assim estruturado:

A primeira parte do trabalho é o referencial teórico (“Da dificuldade de comunicação à possibilidade de interferir em decisões urbanísticas”). Trata-se de uma pesquisa bibliográfica feita sobre diferenças no uso da linguagem entre pessoas de renda média a alta e pessoas de renda baixa. Este capítulo trata também do papel da educação popular, em contraposição à escola formal, considerada excludente, como possibilidade de melhorar as condições de vida das populações de baixa renda, contribuindo, através de processos de conscientização, para que haja uma busca por oportunidades de mudança no seu meio social e a existência de um Urbanismo para todos (o participativo).

A segunda parte do trabalho é sobre a aplicação do Jogo da Cidade no Bairro da Engomadeira. O Jogo da Cidade é um jogo de cartas que tem como objetivo aumentar a participação popular, através do ensino de que iniciativa e ação, combinadas com os recursos financeiros necessários, geram melhorias urbanas. O emprego do jogo em comunidades de baixa renda serve, então, para esclarecer as lógicas do Urbanismo Participativo. Foi escolhido o Bairro da Engomadeira (e neste capítulo pode-se conhecer mais sobre o Bairro) para a realização do jogo por este ser representativo do universo popular da Cidade de Salvador, como veremos no capítulo dois.

A terceira parte é dedicada à pesquisa de campo feita na Engomadeira, através de questionários: sua aplicação e resultados, para que se possa conhecer o nível de entendimento da população em relação aos termos e lógicas do Urbanismo. Neste terceiro capítulo, fala-se das respostas obtidas na aplicação do “Questionário de Conhecimento”, assim chamado por este pretender esclarecer quem é a população entrevistada, seus interesses, sua percepção sobre questões urbanísticas, noção de ordens de grandeza, entendimento da relação Estado e sociedade e capacidade de reivindicação.

A quarta e última parte fala sobre as diferenças sentidas pelas pessoas que jogaram o Jogo da Cidade, em relação a sua situação anterior de conhecimento das possibilidades de influir em seu ambiente urbano. Neste capítulo há também uma análise sobre os elementos necessários ao aumento do entendimento da população sobre os termos e lógicas do Urbanismo.

# **1. Da dificuldade de comunicação à possibilidade de interferir em decisões urbanísticas**

Os termos e lógicas do Urbanismo são expressões e raciocínios específicos para lidar com questões urbanas, usados cotidianamente por técnicos, quando no trato do meio ambiente urbano, sua situação e melhoramentos. Um estudo sobre o conhecimento da população pobre sobre estes termos e lógicas precisa passar pelo entendimento de questões mais gerais, como as diferenças no uso da linguagem, de acordo com a classe social.

Essas diferenças existem, em boa parte, devido ao baixo nível de escolaridade das pessoas de baixa renda, pois estas estão sujeitas ao analfabetismo ou à escola pública, que na maioria das vezes, é deficiente e opressora, já que desdenha do conhecimento do aluno vindo de classe pobre, e pretende que ele siga o modelo construído “para alunos ideais, em condições ideais” (CECCON; OLIVEIRA, M.; OLIVEIRA, R., 1984). Isso é prejudicial, entre outras coisas, para a conscientização de que as decisões relativas a assuntos da cidade são do interesse de cada morador e não exclusividade de governantes e técnicos.

Os termos e lógicas do Urbanismo podem ser ou tornar-se acessíveis aos leigos a depender de sua escolaridade ou experiências pessoais. A inserção em discussões sobre o meio urbano é possível a todos, se houver processos de conhecimento dos rituais democráticos, como a “Pedagogia da Participação” (NUNES, 2002), para que se possa contribuir valiosamente no melhoramento de suas próprias condições de vida.

## **1.1 Comunicação, linguagem e códigos lingüísticos: código elaborado x código restrito**

Como dito anteriormente, a linguagem é diferenciada de acordo com a classe social e o contexto cultural de cada pessoa. Para melhor ilustrar esse fato, é necessário trazer aqui explicações breves sobre comunicação, linguagem e códigos lingüísticos.

A comunicação, que nem sempre existiu da forma que conhecemos hoje, fez-se necessária devido ao caráter gregário do ser humano. Já que não é possível a

convivência entre dois humanos ou mais sem que estes expressem, de alguma forma, seus desejos e suas necessidades, o surgimento da linguagem foi inevitável. No início da civilização, a comunicação humana era feita por meio de associações simples signo-objeto. Segundo Bordenave (1982, p. 24), "signo é qualquer coisa que faz referência a outra coisa ou idéia".

Segundo estudos clássicos de comunicação, o homem primitivo teria tendência a associar a cada objeto semelhante uma nova palavra, o que faria que vários objetos com pequenas diferenças entre si tivessem vários nomes diferentes. Por exemplo, é possível que os sons "pe-dra" inicialmente servissem para designar uma determinada pedra, com determinada cor e textura, uma pedra específica, provavelmente a do tipo mais abundante no local.

Essa necessidade de inventar milhares de novas palavras que significassem uma única coisa ou idéia somente seria superada com o aumento da capacidade de abstração das características comuns de um grupo de objetos semelhantes, que colocaria um nome à sua qualidade geral, dando origem ao conceito.

É presumível que o homem primitivo tenha passado a chamar de "pe-dra" (pedra) todos os objetos que apresentassem as características de uma pedra, por exemplo. "O conceito viria então a ser a imagem formada na mente do homem após perceber muitas coisas semelhantes entre si" (BORDENAVE, 1982, p. 65). O surgimento do "conceito" facilitou enormemente a comunicação humana sendo, definitivamente, um passo importante para a melhora no entendimento entre as pessoas.

Signo e conceito vieram a salvar a comunicação humana de um provável caos, e cada signo pode ter um significado "gramatical" ou "referencial". Significado gramatical é aquele que depende da relação do signo com os outros elementos do discurso, por exemplo, nas frases "o povo da Cidade de Salvador é muito religioso" e "a Cidade de Salvador é cheia de ladeiras" a palavra "cidade" possuiu significados diferentes: na primeira frase, refere-se ao conjunto de moradores de Salvador, enquanto que na segunda, "cidade" aparece em seu sentido de solo, território. Significado referencial é aquele onde o signo tem a ver somente com o seu conceito referente - como é o caso dos verbetes em um dicionário: "Cidade – s.f. Designação das povoações de maior amplitude e importância/ conjunto dos habitantes da cidade/ grande centro industrial e comercial (em oposição ao campo)..." (Enciclopédia e Dicionário Ilustrado – KOOGAN/HOUAISS, p. 192).

O "significado referencial" é um elemento interessante, pois ele é captado com diferentes intensidades pelos receptores, de acordo com o grau de escolaridade e condição social de cada indivíduo, ou seja, quanto maior for o grau de instrução de uma pessoa, mas ela conhece os "significados referenciais", que são independentes de um contexto gramatical.

Bordenave (1982) faz, em linguagem, uma divisão entre os vocabulários e os hábitos gramaticais das classes altas e os das classes populares. Segundo ele, os primeiros utilizariam "códigos elaborados" e os últimos "códigos restritos". Essa diferença, de acordo com o autor, existiria devido ao acesso diferenciado à educação e, segundo ele, à necessidade de manter uma barreira para a mobilidade em uma estrutura social marcadamente estratificada. As principais diferenças entre a linguagem da classe alta e a das classes populares seriam:

Perspectiva - as classes populares teriam tendência a se comunicar baseando-se apenas por um único ponto de vista e de forma mais descritiva, enquanto que as classes média e alta conseguiriam ver mais aspectos de cada questão e compará-los a várias outras interpretações.

Organização do discurso - as classes populares comporiam mensagens sem muita preocupação com a conexão entre fatos em si e as classes média e alta estariam mais preocupadas com a coerência das suas narrações, mesmo que essas se tornassem complexas.

Classificação e relação - embora as pessoas de classes mais altas possuam um rico vocabulário, elas geralmente se utilizam de classificações e outros elementos, sempre aparentemente lógicos, enquanto que a população de classes populares não costuma recorrer a este recurso, referindo-se na maioria dos casos a "indivíduos".

Abstrações - as classes populares raramente usam abstrações ou assuntos pouco concretos, mas às classes mais ricas essas generalizações são bem compreensíveis e utilizadas.

Uso do tempo - A classe alta tenta formular discursos com uso do tempo contínuo, privilegiando assim os processos, enquanto que a classe baixa não se preocupa com a continuidade temporal da narrativa, dando valor ao efêmero.

Um exemplo que ilustra essas diferenças listadas em Bordenave pode ser visto em Freire (2000), em seu livro "Política e Educação":

Se se pergunta a um estudante universitário o que é favela, sua tendência é, usando o verbo ser, verbo conotativo, descrever o conceito *favela*. Se se faz a mesma pergunta a um favelado, sua tendência é descrever a situação concreta da favela, usando o verbo ter na negativa. “Na favela não *tem* água, farmácia”, etc. (FREIRE, 2000, p. 56).

Essas comparações não se aplicam, obviamente, a todas as pessoas, pois encontramos bons comunicadores em classes pobres da mesma forma que achamos pessoas com baixa capacidade de abstração e pouca precisão lingüística em classes mais privilegiadas. Mas como a comunicação é um recurso valioso na sociedade, aqueles “que não conseguem manejar proposições complexas e noções abrangentes, que não articulam suas intenções claramente, fundamentando-as com argumentos bem formulados e estruturados”, encontram-se em desvantagem em relação “a pessoas com amplo vocabulário, perspectiva flexível e domínio seguro do pensamento abstrato” (BORDENAVE, 1982, p. 81-82). O uso do código elaborado ou restrito pode revelar a condição de vida de um indivíduo ou influir na sua mobilidade social.

[...] a pobreza lingüística dificulta a compreensão de sua desvantagem por parte das classes subalternas. Se um estudante pobre tivesse em seu repertório conceitual-vocabular termos tais, como “classe social”, “discriminação”, [...] e outros, poderia compreender melhor o que acontece com ele e seus companheiros. Mas como seu vocabulário é limitado, ele atribui seu fracasso a razões pessoais e familiares, e isso contribui para que desenvolva uma imagem negativa de si mesmo e de seu ambiente. A pobreza de seu código, neste sentido, não o prepara para entender o código político da sociedade global e, por conseguinte, não o motiva para a superação dos obstáculos que a estrutura social coloca em seu caminho. (BORDENAVE, 1982, p. 82-83).

## 1.2 População pobre e educação

Foi visto até agora que existe ligação entre o tipo de linguagem usada e a situação social e econômica de cada pessoa. A linguagem, ao mesmo tempo em que une um mesmo grupo social, pode também diferenciar grupos que falam a mesma língua de maneira elaborada ou restrita.

A lingüística já se preocupa com a dificuldade de comunicação e compreensão em indivíduos de classes sociais menos privilegiadas. O importante, porém, é descobrir as fontes de tamanha diferença, que segundo vários autores, tem as mais diversas causas, todas originadas nas diferenças econômicas entre os indivíduos componentes das classes pobres e os das classes média e alta. Cláudio Ceccon, Miguel de Oliveira e Rosiska de Oliveira (1984) atribuem, entre outros, as

diferenças educacionais e de aprendizado à forma de tratamento diferenciado, ou seja, existe uma escola para os ricos e outra para os pobres. Segundo ele, a educação brasileira é dirigida a um público ideal, ou seja, alunos vindos de classes médias ou altas, que têm em casa pais que funcionariam como complementadores da educação recebida em sala de aula, além de todas as condições materiais exigíveis (boa alimentação, fartura de material didático, fardamento, tranquilidade e tempo). Essas condições ideais soam como meros detalhes para pessoas com melhores condições de vida, mas para o pobre são, às vezes, padrões impossíveis de serem assumidos, devido à necessária economia do dinheiro escasso para comprar comida e outras despesas para manter a família.

O cidadão pobre, na sociedade brasileira, é tratado como resíduo social, quando na realidade ele é a expressão mais autêntica do Brasil, por fazer parte de uma maioria da população que vive em permanente estado de necessidade. Estudando a vivência da pobreza e como ela é percebida pela sociedade, incluída e introjetada pelos próprios pobres, Nunes (2002) propõe uma sistematização da estigmatização da pobreza no contexto brasileiro.

Segundo a autora, vários são os motivos para esse estigma, como, por exemplo, o fato de o Brasil ainda manter relações semi-escravagistas de trabalho, principalmente doméstico; ter passado por longos períodos ditatoriais, que impediram a construção da cidadania; não ter tido a experiência de um Estado de bem-estar social, como na Europa, onde existe a noção de que a condição de penúria de um cidadão é responsabilidade de toda a sociedade; e ainda ter uma forte concepção católica de que os pobres seriam recompensados de todos os sofrimentos depois da morte.

Esses fatores ajudam a estigmatizar a condição de pobreza. Assim, os pobres seriam vistos pela sociedade como pessoas incompetentes, com tendências à violência ou malandragem ou à passividade excessiva, figurando pessoas desleixadas, que precisariam ser tratadas com desprezo e rigidez e que deveriam dirigir-se a pessoas de classe social superior de forma humilde e dependente, esperando sempre ajuda via assistencialismo.

Como dito anteriormente, pode-se adivinhar a classe social de uma pessoa através do tipo de linguagem que ela utiliza. Porém, existem outras características que seriam manifestações do estigma de pobreza, como a aparência física (dentes, pele, cabelo, etc), e modos de vestir e andar, que não seguiriam o modelo de

perfeição apregoado pela moda. Outras diferenças estariam no tipo de casa comerciais que os pobres freqüentam (mais modestas e com produtos menos especializados) e nos equipamentos públicos dirigidos a essa população. As escolas e os postos de saúde dos bairros populares, por exemplo, não têm a mesma infraestrutura que as escolas e postos de saúde dos bairros ricos possuem (NUNES, 2002).

Outra diferença é o tipo de local de lazer e esportes: os pobres devem se contentar com áreas de lazer menos privilegiadas, menos arborizadas, menos equipadas, menos seguras, com manutenção deficiente e, conseqüentemente, menos belas.

A forma de falar diferente, com pronúncia incorreta, verbos fora de tempo, uso de certas expressões idiomáticas incorretas e reduzido vocabulário, além das características já citadas como estigmatizadoras, fornece um visão do pobre como ser inferior que proporciona a manutenção do Estado clientelista, relações de trabalho injustas, relações sociais de autoritarismo e dependência, péssimos serviços públicos, falta de sensação de cidadania e conseqüentemente a não-existência da busca pelos seus direitos políticos e também, dificuldades de cumprimento dos deveres como cidadão (NUNES, 2002).

Face a esta problemática, vários autores estudaram formas de educação popular ou educação não-formal, gerada fora dos estabelecimentos de ensino oficiais, que visam abrir caminhos para a participação popular, voltada a essa população tão impregnada pela discriminação.

### **1.3 Educação formal e educação popular**

Educação, em sentido amplo, é a aprendizagem para a vida, que valoriza os conhecimentos, as habilidades, os valores e as atitudes para que as pessoas desenvolvam suas capacidades, vivam e trabalhem com dignidade, participem do enriquecimento da qualidade de vida, tomem decisões com informações satisfatórias, e continuem aprendendo durante toda a sua existência. Para garantir que cada pessoa tenha acesso a essa educação, as escolas, tanto públicas, quanto privadas, seguem programas fixos, determinados pelo Governo. Essa educação gerada nas instituições escolares é a educação “formal” ou “oficial”.

A educação formal seria complementada pela informal, que é a “educação transmitida pelos pais na família, no convívio com amigos, clubes, teatros, leitura de jornais, livros, revistas, etc. [...] e que decorre de processos espontâneos ou naturais, ainda que seja carregada de valores e representações” (GOHN, 2001, p. 99-100).

Mas aí se encontra um problema: a educação básica pública brasileira é deficiente, no momento em que não prepara o aluno para exercer uma profissão, nem para continuar os estudos. Para a população pobre, principal alvo do sistema educacional público brasileiro, muitas vezes a escola representa um instrumento opressor, que acentua suas diferenças de um mundo confortável e justo que é cada dia mais veiculado nos meios de comunicação. Segundo Cláudio Ceccon, Miguel de Oliveira e Rosiska de Oliveira (1984), a educação fundamental obrigatória, que é de oito anos, não passa de uma fábula, e muitos se vêem forçados a abandonar a escola pelos mais diversos motivos, como, por exemplo, o dever de trabalhar para ajudar no sustento da casa.

A educação formal, então, não funciona para todos. E a informal também não, pois muitos dos alunos provenientes de famílias pobres não contam com pais e amigos preparados para ajudá-los em seus estudos, além de não contarem com o acesso às informações de que dispõem os alunos das classes média e alta, mesmo que sejam informações manipuladas e alienantes, ou de programação voltada a uma sociedade de consumo.

Visando superar esse problema é que muitos educadores optam por outra modalidade de ensino: a educação popular (ou não-formal), que é a educação de caráter coletivo, onde a aprendizagem se dá através da prática social, visando a capacidade da leitura e escrita e o entendimento de questões sócio-políticas e de cidadania.

Geralmente voltada a adultos e descolada do espaço físico das escolas, a educação popular teve seu representante maior em Paulo Freire, educador brasileiro, que na década de 60, construiu uma “Pedagogia da Libertação”, que se inspirava em um Brasil que, em meados do século XX, procurava priorizar a educação e um novo modelo de desenvolvimento nacional. A Pedagogia da Libertação baseava-se em um método, chamado de Método Paulo Freire, que, a partir da realidade cultural dos educandos, queria abolir o analfabetismo. Saul (1998), lista alguns princípios fundamentais da obra de Paulo Freire:

- Os problemas educativos não são pedagógicos, mas políticos, o que valoriza o conceito de mudança social;
- A educação é produto de relações históricas, e só através de uma consciência crítica é que pode ser compreendida;
- A educação deve ser dialógica, com o aluno como centro e respeito ao seu contexto cultural;
- Uma pedagogia da libertação implica democracia e ações coletivamente partilhadas. (SAUL, 1998, p. 174-175)

Portanto, para Freire o analfabetismo tinha mais raízes na conveniência política do que na capacidade dos educandos. Seu método revolucionário exigia que os educadores imergissem no universo popular, buscando palavras, que divididas, serviriam como fonte para outras palavras, ou seja, seriam palavras-geradoras. Os temas deveriam ser comuns aos educandos e que provocassem envolvimento emocional no círculo de cultura estimulado por um coordenador, e não por um professor convencional (NUNES, 2002).

O objetivo desta pedagogia é fazer com que os “formalmente analfabetos rejeitem seu papel de meros objetos na história natural e social” (GADOTTI, 1996 apud SAUL, 1998) e assumam uma postura crítica, para serem sujeitos de seu próprio destino.

Nenhum saber é completo e todos os métodos educacionais são válidos para o desenvolvimento de cada indivíduo, mas a educação popular, por seu alcance e flexibilidade, pode ser transmitida a todos, principalmente aos pobres que não têm acesso à educação formal e têm pouco, ou quase nenhum, à educação informal. A educação popular é um canal direto à possibilidade de participação nos processos decisórios urbanos, por sua dimensão social.

A existência de um Urbanismo Participativo, desta forma, está intimamente ligada a um incentivo à educação popular no Brasil, país onde a educação formal muitas vezes destoa das condições de vida da maioria da sua população. Há, entretanto, autores que sustentam que há interesse político e econômico na manutenção da falta de entendimento das questões urbanas pela população em geral.

#### **1.4 A “ilusão urbanística”, de Lefebvre**

Henri Lefebvre (2000) critica radicalmente o Urbanismo. Segundo ele, o Urbanismo tenta dominar o processo de urbanização e a prática urbana, apresentando-se dualista, arte e ciência, e isso conduz à ilusão, pois, na realidade, o

Urbanismo desdobra-se em vários: o urbanismo dos humanistas, que propõem utopias, o dos promotores imobiliários, que vendem o urbanismo em forma de status, o do Estado e dos tecnocratas, que se dividem em vontade e representação, em instituições e ideologias. O Urbanismo não conseguiu dominar o duplo processo industrialização-urbanização. Para Lefebvre (2000), a única vantagem dos urbanistas é que estes percebem as urgências e os problemas das novas raridades: espaço, tempo, lugares e elementos naturais.

A ilusão urbanística é irmã de outras ilusões, como a ilusão filosófica, que é assim porque os filósofos acreditam que seus sistemas são perfeitos e fechados, quando na verdade, sempre há mais coisas no mundo que nos sistemas filosóficos. Outra ilusão é a ilusão estatista de que o Estado poderia gerir e atender os assuntos de milhões de sujeitos, ser o centro de tudo. Apesar de totalmente absurda, a ilusão estatista é uma constante nos projetos dos homens do Estado, os dirigentes políticos. A ilusão urbanística também se considera um sistema que pretende abarcar uma totalidade nova, ser a filosofia moderna da cidade, usando o humanismo para justificar as práticas utópicas dos tecnocratas.

Há um vazio inexplicável no Urbanismo, seja ele privado ou público, pois ele quer substituir a prática urbana, ao invés de estudá-la. O urbanista considera a prática urbana um campo cego e neste campo coloca suas representações de espaço, de vida social, de grupos e de suas relações, sem saber a origem nem em que implicam tais representações, segundo o autor.

A atividade produtiva no capitalismo das organizações não é alcançada pelos planejadores, pelos planejadores. Estes se esforçam, mas não contrariam o estatuto que lhes é atribuído por um grupo de pressão ou de uma casta, muito menos se organizam em classe. Para eles o espaço parece disponível, campo de futuras realizações, justamente porque o espaço está ou parece vazio. As unidades produtivas e as redes estabelecidas espalham-se pelo espaço sem o preencher. O espaço livre, então, é subjugado pelo pensamento e ação.

Entretanto, os tecnocratas não entendem que todo espaço é um produto que resulta das relações de produção a cargo de um grupo atuante, e não de um pensamento conceitual. Os próprios urbanistas são peças nas relações de produção, que cumprem ordens enquanto acreditam comandar o espaço. O espaço já é comprado e vendido, não como terra, solo, mas em forma de espaço social produzido. Ele é um produto do trabalho social e não mais a soma dos lugares onde

a mais-valia é formada. Ele forma a mais-valia. O caráter global do trabalho produtivo reflete-se na produção social do espaço, que pode ser comprado, vendido, parcelado, como um produto comum.

Não é novidade a transformação do espaço em produto (os grupos dominantes sempre produziram alguns espaços particulares das cidades antigas, das paisagens naturais). A novidade é a produção global e total do espaço social, pois foi o meio encontrado pelo capitalismo para sobreviver: especulação imobiliária, grandes obras, negociação do espaço, ou seja, estratégias usadas para reorganizar completamente a produção sob o comando dos centros de informação e de decisão. Esta operação capitalista é escondida pelo Urbanismo, seu sentido e finalidade são ocultos numa capa positiva, humanista e tecnológica, que no fim, acaba oprimindo o usuário habitante, que troca a função de habitar, pela função de comprar o espaço, que forma, realiza e distribui o sobreproduto de toda a sociedade, a mais-valia global do modo de produção capitalista.

A ideologia urbanística é uma ilusão por dar a impressão de manipular as coisas e as pessoas de forma inovadora e favorável. Mas ela não pode decidir e criar relações sociais humanas, apesar de contaminar a mente de quem ainda considera o valor de uso, que é oprimido pelas representações urbanísticas em favor do valor de troca.

Detendo-se nas proposições urbanísticas, Lefebvre (2000) diz que estas são limitadas ao estudo minucioso do espaço. Sem preocupação com o campo cego (as práticas urbanas), os tecnocratas acabam organizando o espaço repressivo, ignorando o fato de o espaço ter uma ideologia de classe, escondida pelo urbanismo estatista.

Mesmo sendo funcional do jeito que é, o Urbanismo não consegue sair de uma crise permanente: não define um estatuto, nem os urbanistas definem seu papel. O Urbanismo está entre os interesses particulares e os políticos, entre o neoliberalismo das ações consertadas e o neodirigismo que concede campo à livre empresa. O urbanista fica dividido entre promotores imobiliários e poderes políticos.

O Urbanismo é uma ideologia que se considera clara, quando, na verdade, implica dois fetichismos: o da satisfação e o do espaço. O primeiro é o de “satisfazer” às necessidades dos interessados, conhecidas ou porque estes as declaram ou porque os especialistas as estudam. Ora, isso é falso porque não

atende às necessidades sociais. O outro fetichismo é o do espaço, que não resolve o conflito entre o uso e a troca.

Lefebvre pretende analisar o Urbanismo e o “imobiliário” (especulação e construção) na sociedade neocapitalista. O imobiliário é o segundo setor, que absorve os lucros nos momentos de depressão, é um circuito paralelo ao da indústria de bens menos duráveis que os imóveis. “O Urbanismo implica a intervenção de um poder mais que a de um conhecimento” (LEFEBVRE, 2000, p. 147). Ele impede que o pensamento reflita sobre o futuro.

O autor citado deixa qualquer pretensão urbanista atordoado. Sua importância consiste em alertar que estes profissionais devem ficar atentos para não serem transformados em objetos de um Estado capitalista, desvinculados de qualquer outra meta que não seja o aumento dos lucros. Ele mostra o quanto é importante para o urbanista tentar regular o processo de urbanização, ao invés de permanecer dependente de poderes políticos ligados ao interesse dos promotores imobiliários.

Lefebvre (2000) recusa a crítica neoliberal, por esta tentar exaltar as iniciativas dos promotores imobiliários, que se aproveitaram da época da ilusão urbanística para adaptarem-se. Porém, o mesmo autor afirma que nem tudo é dissabor para o urbanista enquanto este puder ser considerado como profissional interdisciplinar possuidor de dados e informações. Ele explora as novas raridades (espaço, tempo, desejos e os quatro elementos naturais) e relaciona espaço e natureza.

Sendo o urbanista este profissional interdisciplinar, ele pode, levando em conta os interesses da maioria da população, abrir canais de participação, buscando envolver, assim, a sociedade em processos decisórios relativos ao meio urbano. Torna-se necessária, então, uma exposição sobre Urbanismo Participativo, como será visto a seguir.

## **1.5 Urbanismo Participativo**

O Urbanismo Participativo desenvolveu-se nos Estados Unidos sob a figura do *Advocacy Planning*, a partir de meados do século XX, período de urbanização acelerada no mundo (NUNES, 2002) e espalhou-se rapidamente ligado ao movimento ecológico pelos países desenvolvidos (LACAZE, 1993).

No *Advocacy Planning* americano, urbanistas colocavam-se como advogados de pobres e negros, para defendê-los contra expulsão de seu território (KATAN, 1979 apud NUNES, 2002). Logo, alguns países europeus inspiraram-se nesta prática, difundindo o conceito de urbanismo democrático, ou participativo.

Inicialmente nos países ricos a prática era deixar a imaginação dos habitantes correr, apoiada no profissional de Urbanismo, já que as limitações financeiras não eram tão fortes quanto nos países pobres. Já nestes outros, o sentido de participação sempre esteve associado à possibilidade de interferir no uso do dinheiro público, na decisão e repartição de poderes, ou seja, o Urbanismo Participativo, nos países pobres, buscou ser uma prática que propicia aos habitantes de comunidades beneficiadas a participação na tomada de decisões que dizem respeito a prioridades de investimentos feitos com dinheiro público e a ações do Estado.

No Brasil a questão da participação tomou importância a partir de 1980, com a redemocratização do país, e logo se associou ao termo “cidadania”. Em um país como o Brasil, onde as prioridades do Estado nunca foram as da maioria da população, e onde as diferenças sociais e urbanas são tão gritantes, a adoção de práticas participativas representa uma esperança de que serão invertidas as prioridades dos governantes e de que as demandas da população desfavorecida vão ser supridas. No Brasil, inclusive, a participação popular é reconhecida pela Constituição Federal Brasileira de 1988 e ratificada pelo Estatuto da Cidade, aprovado em 2001 (NUNES, 2002).

A participação popular é instrumento fundamental para garantir melhores resultados em qualquer projeto urbano ou política pública. E o Urbanismo, a partir do momento que diz respeito a toda uma população e não a um único indivíduo, deve seguir, apoiado por escolhas democráticas, em todos os espaços onde haja relações sociais, tomando sempre como dimensão o próprio homem (LACAZE, 1993).

## **1.6 Outras fontes de aprendizado: jogos como processos educativos**

A participação popular é garantida por lei no Brasil, porém, não é largamente utilizada nem considerada prática primordial na feitura de planos e projetos urbanos. O grande erro é imaginar que os profissionais de Urbanismo sairão de suas mesas de trabalho para fazer valer a lei – mesmo porque, segundo Lefebvre (2000),

freqüentemente este é instrumento de manutenção do *status quo*. A participação deve ser preocupação da população em geral. Participar dos processos decisórios em Urbanismo, o conjunto de atos pelo qual assuntos relativos à vida urbana na cidade são decididos, e que influenciarão a vida de seus habitantes é dever e direito de todos. Mas para isso, espera-se que ela tenha um mínimo de conhecimento sobre os rituais da participação popular, o que ainda não é conteúdo dos bancos escolares. Então um bom lugar para adquirir esse conhecimento é em espaços dedicados à educação não-formal. Atividades grupais seriam excelentes fontes de aprendizado (GOHN, 2001) e, entre essas atividades, o jogo seria – ao mesmo tempo – integrador e esclarecedor, portanto, conscientizador.

Segundo Kuntz, jogos (de simulação) são ideais para ajudar as pessoas a compreender sistemas complexos reais através da possibilidade de manipulá-los, não em um plano real, com todas as suas implicações, mas no desempenho de papéis imaginários, numa reconstrução do real. Kuntz segue enumerando as principais vantagens dos jogos simulados, quando associados a exercícios de aprendizado: a) encorajam e requerem pensamento imaginativo mais do que o ensino normal, tornando o processo de aprendizado mais atraente; b) proporciona aos jogadores-estudantes experiência na tomada de decisões e visão das conseqüências de seus atos; c) facilita que os jogadores-estudantes criem suas próprias hipóteses e não simplesmente absorvam todas as teorias anteriores; d) o aprendizado tem como centro o aluno, e não o professor; e) podem unir pessoas mais cultas às menos esclarecidas em um processo único de aprendizado.

Como limitação, os jogos simulados contam o fato de que, por mais fiéis que pretendam ser, assim mesmo não são a construção perfeita da realidade e que quando têm seus princípios transferidos à realidade, pode não funcionar em situações específicas, porém, as características gerais tendem a ser extremamente precisas.

## 2. Aplicando o Jogo da Cidade na comunidade de Engomadeira

### 2.1 Sobre o Jogo da Cidade

O Jogo da Cidade é um jogo de cartas (ver especificações das cartas na página 26 e detalhamento completo do jogo no Anexo A) criado por Nunes (2002, copyright by UNESCO, 2003) que tem alguns de seus procedimentos inspirados no jogo de estratégia *WAR* e no jogo de cartas do “Buraco”. Seu objetivo é servir como ferramenta de participação popular, dirigido principalmente a comunidades de baixa renda, onde há um baixo nível de participação nas decisões urbanísticas relativas ao bairro onde se vive. Pedagogicamente, o jogo cria processos simulados de conquista de serviços e equipamentos urbanos em bairros populares, a partir da iniciativa e mobilização dos próprios moradores, mostrando vários caminhos para se conseguir o desenvolvimento de um bairro.

Para um entendimento prévio das etapas do Jogo da Cidade, algumas informações sobre o Buraco e o *War* são mostradas aqui:

O Jogo de Buraco<sup>1</sup> é um jogo de cartas, extremamente popular, geralmente jogado em duplas, onde o objetivo é “bater”, ou melhor, ficar sem cartas na mão, de modo a somar a maior pontuação possível. No início, cada jogador recebe 11 cartas. Em seguida, formam-se dois montes de 11 cartas, chamados de “mortos”, e com as cartas restantes, faz-se um monte “de compra”. A primeira carta do monte de compra é virada para cima, e em cada turno, cada jogador deve comprar uma carta do monte de compra ou pegar uma (ou as várias) do “resto”, ou seja, das cartas descartadas pelos outros jogadores na mesa. Antes de passar a vez para o oponente, o jogador sempre deverá descartar uma carta, se ele comprou alguma do monte ou se ele tiver catado as sobras na mesa.

Cada jogador deve sentar em frente ao seu aliado, e apenas um deles vai ficar com os jogos baixados na sua frente na mesa (o que de forma alguma afeta a contagem de pontos, que é coletiva). Com as cartas da mão, os jogadores devem formar jogos para “baixar” na mesa. Para se baixar um jogo, é necessário ter uma

---

<sup>1</sup> Existem outras formas de jogar o Jogo de Buraco, mas optou-se aqui por uma maneira mais usual.

seqüência de três cartas do mesmo “naipe”<sup>2</sup>, que uma vez na mesa, habilita os parceiros a acrescentarem cartas a ela. Quando uma seqüência completa sete cartas, ela é uma “canastra”, que pode ser “real”, se ela não possui nenhum “curinga” (uma carta que pode substituir qualquer carta do jogo, em qualquer situação) ou “suja”, se possuir algum curinga.

Para finalizar o jogo, é preciso que algum jogador descarte a “primeira mão” e pegue um dos mortos, e que faça pelo menos uma canastra real. A dupla que tiver feito isso primeiro bate o jogo. Mas bater o jogo não determina os vencedores, eles são conhecidos apenas depois da contagem de pontos que é determinada por vários fatores, como bater o jogo, ter mais canastras reais, depois mais sujas e ter cartas que valham mais pontos, como o ás e o curinga, que valem 15 e 10 pontos, respectivamente, enquanto que o 3 (três), por exemplo, vale 5 (cinco) pontos.

O Jogo de Buraco possui muitas outras sutilezas que não cabe aqui comentar, visto que o objetivo é trazer um breve esclarecimento sobre as características influentes para o Jogo da Cidade, já que este tem operacionalização muito semelhante ao Buraco.

Já o *War* (guerra, do inglês) empresta ao Jogo da Cidade a finalização necessária através do alcance de objetivos estabelecidos no início: o *War* é um jogo de estratégia, jogado em tabuleiro, onde os jogadores devem realizar os objetivos que lhes são incumbidos através de cartas sorteadas no início do jogo. Os objetivos giram em torno da dominação do mundo, ou de alguma parte específica deste. O que se pode dizer de mais interessante sobre ele é que é um jogo criado por um grupo de engenheiros brasileiros, e lançado pela Grow Jogos e Brinquedos S.A. em 1972, sendo o primeiro jogo do Brasil destinado ao público adulto, que, naquela época, só dispunha de jogos importados, nem sempre fáceis de se adquirir<sup>3</sup>.

Mesmo sendo dois jogos muito pitorescos e interessantes, não é preciso saber jogá-los para aprender o Jogo da Cidade, que pode ser jogado por qualquer pessoa, por ser um jogo de fácil compreensão para os jogadores, embora exija grande atenção para, no final, os jogadores poderem entender a dinâmica de busca de serviços ou equipamentos urbanos.

---

<sup>2</sup> “Naipes” é cada um dos quatro grupos em que se dividem as cartas de um baralho. Os naipes do baralho usado para um jogo comum de *Buraco* são copas, espadas, ouros e paus. No *Jogo da Cidade*, os naipes são: viabilidade, iniciativa, ação e recursos.

<sup>3</sup> Existem, hoje, outras versões do Jogo *War*, como o *War II*. Porém o importante aqui é a característica (objetivo) comum a todas as versões do jogo, que é a de conseguir, através de estratégia, o que manda a carta sorteadas, para vencer a partida.

Para um melhor entendimento do que sejam esses serviços ou equipamentos urbanos, é importante que se tragam aqui as definições dos mesmos, dadas por Santos (1988, p. 137). Serviços urbanos, de acordo com o autor, são serviços públicos cuja localização não está vinculada à habitação e que servem ao conjunto da cidade e não a vizinhanças ou bairros específicos. Seus tipos podem ser: a) infraestrutura, que normalmente segue o traçado das vias, podendo estar no subsolo (como o esgotamento sanitário), na superfície (esgotamento pluvial) ou em redes aéreas (eletricidade, por exemplo); b) serviços que utilizam os logradouros mas não se apresentam como redes rígidas (como o transporte coletivo); c) estações de apoio para os serviços citados (estações de tratamento de água e esgoto, etc); e d) serviços que precisam de áreas e edificações próprias (rodoviárias, cemitérios, etc).

O mesmo autor define equipamentos urbanos como serviços públicos que necessitam de área e edificações próprias para seu funcionamento e que devem estar “salpicados com a maior regularidade possível pelo território urbano” (SANTOS, 1988, p. 157), localizando-se, geralmente, em áreas de moradia, por serem equipamentos voltados a vizinhanças e bairros. São as creches, praças, postos de saúde, entre outros.

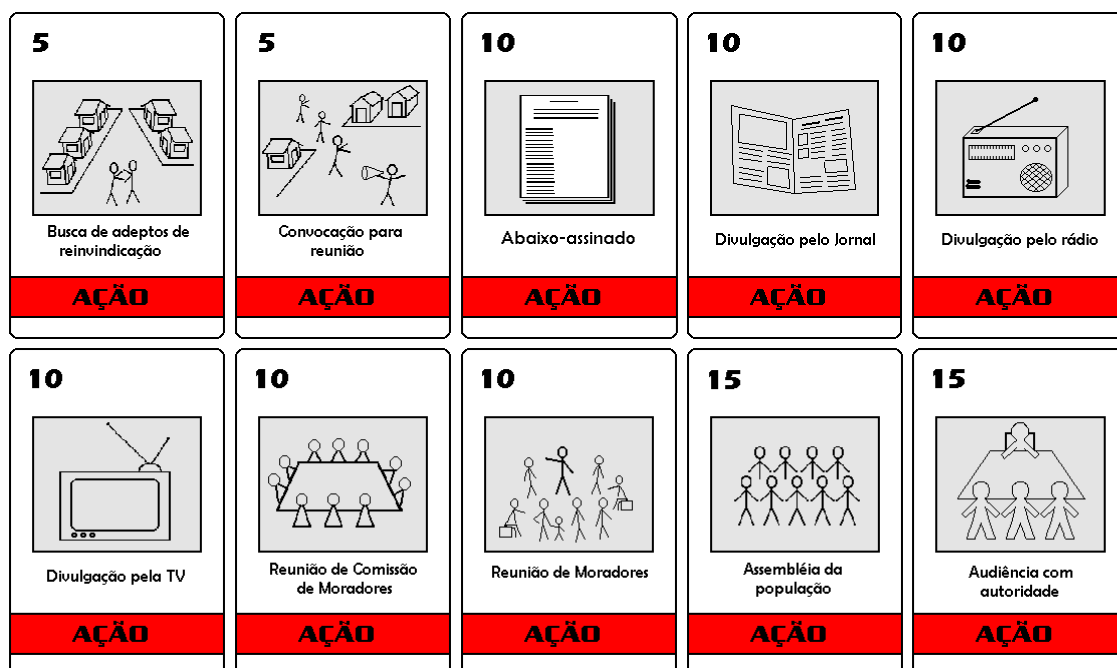
Retomando a discussão sobre o Jogo da Cidade, uma explicação sobre a sua operacionalização é exposta a seguir. O jogo possui cinco tipos de cartas, que são Viabilidade (V), Iniciativa (I), Ação (A) e Recursos (R), que são os quatro naipes, e a carta Contato, que funciona como o curinga do jogo (como em um jogo de buraco). Cada dupla de parceiros tem que formar uma canastra com os quatro (4) naipes do jogo (Viabilidade + Iniciativa + Ação + Recursos = VIAR), e a partir disso, juntar ações, iniciativas e recursos para conseguir o serviço ou equipamento buscado. O serviço ou equipamento é conseguido quando esta canastra contém o total de dinheiro mínimo exigido para implementá-lo.

A seguir, a especificação das cartas do Jogo da Cidade, para melhor compreensão de suas funções:

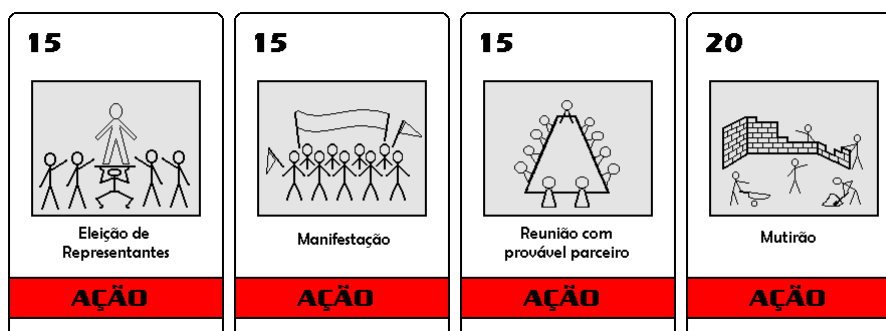
### Especificação das cartas<sup>4</sup>:

28 cartas “AÇÃO”: representam as possíveis ações que podem ser empreendidas na conquista dos objetivos:

- 02 – abaixo-assinado
- 02 – assembléia da população;
- 02 – audiência com autoridade;
- 02 – busca de adeptos de reivindicação;
- 02 – convocação para reunião;
- 02 – divulgação pela tv;
- 02 – divulgação pelo jornal;
- 02 – divulgação pelo rádio;
- 02 – eleição de representantes;
- 02 – manifestação;
- 02 – mutirão;
- 02 – reunião com provável parceiro;
- 02 – reunião de comissão de moradores;
- 02 – reunião de moradores.

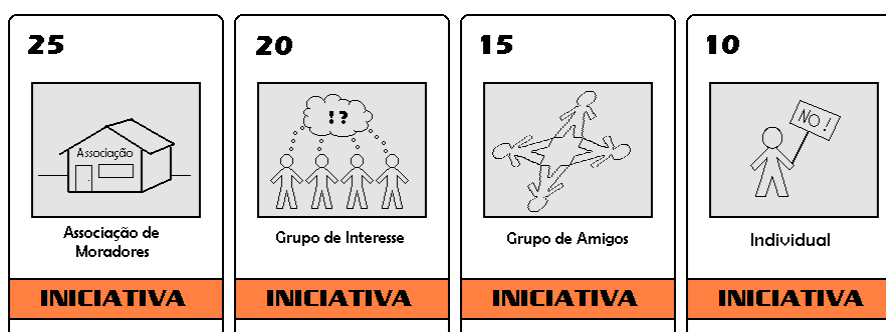


<sup>4</sup> Para efeito ilustrativo, as cartas VIABILIDADE, INICIATIVA, AÇÃO e RECURSO foram reduzidas a 50% e a carta CONTATO foi reduzida a 70% do seu tamanho natural.



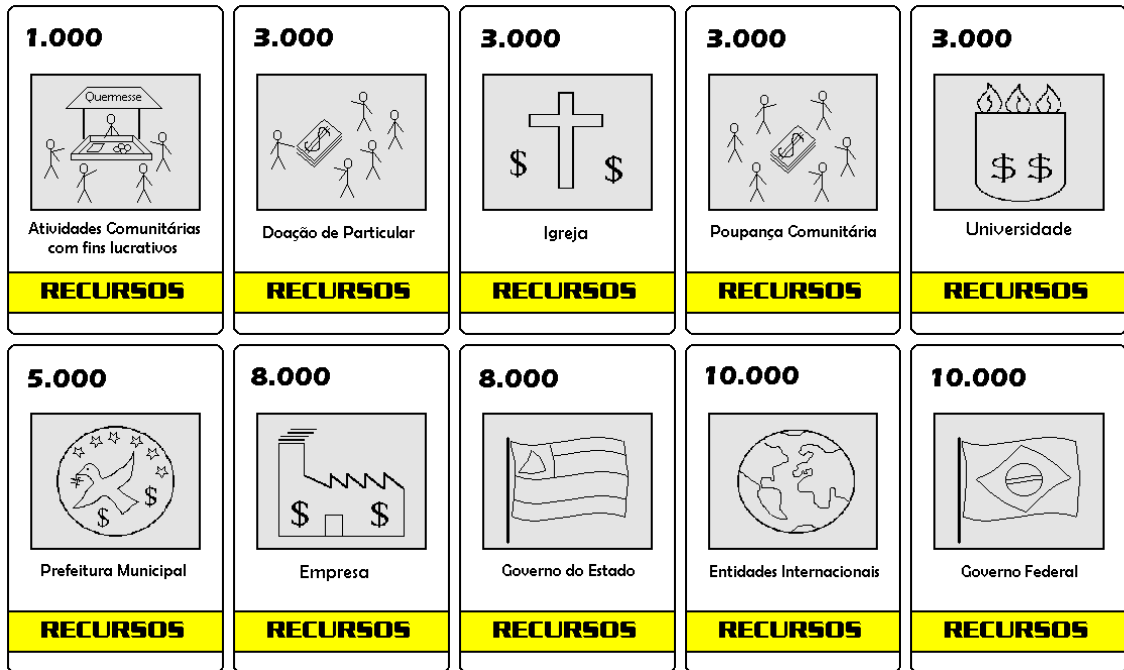
12 cartas “INICIATIVA”: representam o começo do processo:

- 03 – associação de moradores;
- 03 – grupo de amigos;
- 03 – grupo de interesse;
- 03 – individual.



24 cartas “RECURSO”: representam os possíveis parceiros financeiros:

- 02 – Atividades Comunitárias com Fins Lucrativos;
- 02 – Doação de Particular;
- 02 – Empresa;
- 02 – Entidades Internacionais;
- 02 – Governo do Estado;
- 04 – Governo Federal;
- 02 – Igreja;
- 02 – Poupança Comunitária;
- 04 – Prefeitura Municipal;
- 02 – Universidade.



04 cartas “CONTATO”: são utilizadas para orientar a reivindicação do representante dos moradores ao possível parceiro.

<p><b>DE _____ PARA</b></p> <p>Comunidade : Objetivo : Argumento : VIABILIDADE :</p> <p><i>Citar todos os passos dados em INICIATIVA, AÇÃO e RECURSOS</i></p> <p>Seriedade Educação</p> <p><b>CONTATO</b></p>
---

20 cartas “VIABILIDADE”: Cada carta representa um equipamento ou serviço urbano e todas contêm as instruções gerais para sua concretização:

- Abastecimento de água;
- Coleta de lixo;
- Creche;
- Escola de 1º grau;
- Escola de 2º grau;
- Esgotamento sanitário;
- Farmácia comunitária;
- Feira;

- Horta comunitária;
- Iluminação pública;
- Lavanderia comunitária;
- mercearia comunitária;
- Padaria comunitária;
- Pavimentação;
- Posto médico;
- Posto policial;
- Praça;
- Restaurante comunitário;
- Telefone público;
- Transporte.

<p><b>Abastecimento de Água</b></p> <p>500 casas \$ : 80.000,00</p> <p>rede geral conexões com casas</p> <p>Embasa Governo do Estado</p> <p><b>VIABILIDADE</b></p>	<p><b>Coleta de Lixo</b></p> <p>1 ton/dia \$ : 10.000,00</p> <p>caminhão mão-de-obra depósitos</p> <p>LIMBURB / Prefeitura</p> <p><b>VIABILIDADE</b></p>	<p><b>Creche</b></p> <p>30 crianças / 60m<sup>2</sup> \$ : 25.000,00</p> <p>terreno / construção mobiliário / funcionário</p> <p>Qualquer Parceria</p> <p><b>VIABILIDADE</b></p>	<p><b>Escola 1º grau</b></p> <p>70 alunos / 70m<sup>2</sup> \$ : 30.000,00</p> <p>terreno / construção equipamentos professores</p> <p>Qualquer Parceria</p> <p><b>VIABILIDADE</b></p>	<p><b>Escola 2º grau</b></p> <p>140 alunos / 140m<sup>2</sup> \$ : 60.000,00</p> <p>terreno / construção equipamentos professores</p> <p>Qualquer Parceria</p> <p><b>VIABILIDADE</b></p>
<p><b>Esgotamento Sanitário</b></p> <p>100 casas \$ : 40.000,00</p> <p>Rede Coletora tratamento básico</p> <p>Embasa Governo do Estado</p> <p><b>VIABILIDADE</b></p>	<p><b>Farmácia Comunitária</b></p> <p>20m<sup>2</sup> \$ : 20.000,00</p> <p>terreno / construção estoque medicamentos trabalho coletivo</p> <p>Qualquer Parceria</p> <p><b>VIABILIDADE</b></p>	<p><b>Feira</b></p> <p>30 barracas \$ : 15.000,00</p> <p>terreno / cascalho drenagem / barracas</p> <p>Qualquer Parceria</p> <p><b>VIABILIDADE</b></p>	<p><b>Horta Comunitária</b></p> <p>01 hectare \$ : 1.000,00</p> <p>terreno cedido / água ferramentas / sementes trabalho coletivo</p> <p>Qualquer Parceria</p> <p><b>VIABILIDADE</b></p>	<p><b>Iluminação Pública</b></p> <p>100 casas \$ : 40.000,00</p> <p>postes / fiação transformador</p> <p>COELBA Governo do Estado</p> <p><b>VIABILIDADE</b></p>
<p><b>Lavanderia Comunitária</b></p> <p>12 lavanderias \$ : 8.000,00</p> <p>terreno / construção pias / rede de água trabalho coletivo</p> <p>Qualquer Parceria</p> <p><b>VIABILIDADE</b></p>	<p><b>Mercearia Comunitária</b></p> <p>5 ton alimentos / 25m<sup>2</sup> \$ : 25.000,00</p> <p>terreno / construção estoque / funcionários trabalho coletivo</p> <p>Qualquer Parceria</p> <p><b>VIABILIDADE</b></p>	<p><b>Padaria Comunitária</b></p> <p>2000 pães/dia \$ : 20.000,00</p> <p>terreno / construção máquinas / funcionário trabalho coletivo</p> <p>Qualquer Parceria</p> <p><b>VIABILIDADE</b></p>	<p><b>Pavimentação</b></p> <p>1 km de rua \$ : 80.000,00</p> <p>drenagem / meio-fio passelo / execução mão-de-obra</p> <p>Qualquer Parceria</p> <p><b>VIABILIDADE</b></p>	<p><b>Posto Médico</b></p> <p>20 m<sup>2</sup> \$ : 15.000,00</p> <p>terreno / construção equipamentos funcionários</p> <p>Qualquer Parceria</p> <p><b>VIABILIDADE</b></p>
<p><b>Posto Policial</b></p> <p>20 m<sup>2</sup> \$ : 10.000,00</p> <p>terreno / construção telefone / móveis policiais</p> <p>Polícia Militar Governo do Estado</p> <p><b>VIABILIDADE</b></p>	<p><b>Praça</b></p> <p>300 m<sup>2</sup> \$ : 15.000,00</p> <p>terreno / pavimentação jardim / bancos / luz</p> <p>Qualquer Parceria</p> <p><b>VIABILIDADE</b></p>	<p><b>Restaurante Comunitário</b></p> <p>100 refeições/dia / 50m<sup>2</sup> \$ : 25.000,00</p> <p>Salão / Cozinha Equipamentos Trabalho coletivo</p> <p>Qualquer Parceria</p> <p><b>VIABILIDADE</b></p>	<p><b>Telefone Público</b></p> <p>3 aparelhos \$ : 5.000,00</p> <p>orelhão / fixação rede</p> <p>Telemar Governo do Estado</p> <p><b>VIABILIDADE</b></p>	<p><b>Transporte</b></p> <p>4 veículos \$ : 40.000,00</p> <p>dois abrigos frota</p> <p>Prefeitura</p> <p><b>VIABILIDADE</b></p>

Cada carta do jogo pode ser entendida como uma contribuição ao processo de participação popular. As cartas de “VIABILIDADE” representam os equipamentos ou serviços urbanos e contêm as instruções gerais para sua concretização; as cartas “RECURSO” representam os possíveis parceiros financiadores; as cartas “INICIATIVA” representam o começo do processo; as cartas “AÇÃO” representam as possíveis ações que podem ser empreendidas para a conquista dos serviços ou equipamentos urbanos; e as cartas “CONTATO” servem para orientar a reivindicação do representante dos moradores (jogador) ao possível parceiro financeiro.

Portanto, o jogo tem um objetivo pedagógico que é aumentar o entendimento das pessoas (jogadores) sobre processos de participação para conseguir algum serviço ou equipamento urbano para o bairro onde se mora, mostrando, para isso, algumas ferramentas que podem ser utilizadas no momento da busca dos moradores pela instalação desse serviço ou equipamento. Através de simulações permitidas pelo jogo, o jogador pode transferir para a realidade a experiência e obter resultados gerais satisfatórios, como o esclarecimento de termos e lógicas da busca de um serviço ou equipamento urbano, visto que no jogo mostra-se como se pode conseguir – através do engajamento dos parceiros – escolas, creche, serviço de iluminação pública, abastecimento de água, restaurante comunitário, entre outras opções.

## 2.2 Metodologia do trabalho de campo

Para conhecer o nível de entendimento de termos e lógicas do Urbanismo participativo pela população de baixa renda foi utilizado o método “Estudo de Caso”, onde se estudou a influência que a aplicação do Jogo da Cidade tem sobre o entendimento de questões urbanísticas em bairros populares. Como dito anteriormente, o local escolhido foi o Bairro da Engomadeira.

Para a realização do presente trabalho foram observados alguns passos, como o conhecimento do Bairro e de seus problemas urbanísticos gerais, através de visitas a campo e do trabalho conjunto com alunos do curso de Urbanismo da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) que também pesquisaram esta área. Como poderá ser visto adiante (item 2.3 – Caracterização da área estudada), o Bairro da Engomadeira constituiu-se a partir dos anos 40, estando ele localizado no Miolo, parte da Cidade que contém grande parte dos bairros populares de Salvador.

Hoje a Engomadeira é um típico bairro periférico de Salvador, com várias deficiências estruturais, resultado, entre outras causas, de um crescimento desordenado sofrido a partir dos anos 80. É um bairro representativo do universo popular da Cidade, pois seus moradores enfrentam várias dificuldades, como precariedade na oferta de transporte público, moradias de baixo padrão construtivo, escadarias e outras vias intransitáveis, segurança pública deficiente ou inexistente, entre outros problemas típicos de bairros desfavorecidos. Identificar as principais deficiências do Bairro foi fundamental para se poder ter uma idéia do que a sua população vê como problemático ou do que ela demanda.

Outros passos importantes foram a elaboração e a aplicação de um questionário (e seus pré-testes), que visava mostrar o nível de entrosamento com questões urbanas, para em seguida, ser feita a aplicação do Jogo da Cidade (com a ajuda de estudantes da UNEB que também estudavam o Bairro da Engomadeira), explicando-o e deixando as pessoas da comunidade jogarem várias vezes.

O referido questionário, chamado de “Questionário de Conhecimento”, foi baseado nos questionários aplicados por Nunes em pesquisa no Bairro de Vila Verde, Salvador, que resultou no livro “Pedagogia da Participação”.

A dificuldade quanto à validade das perguntas do Questionário de Conhecimento foi grande, por isso, foram realizados dois pré-testes em uma fase inicial do trabalho. Esses pré-testes foram pensados para conter somente questões

objetivas, organizadas pela pesquisadora e tiveram, como problema maior, a falta de previsão de algumas respostas dadas pelos entrevistados, pois a percepção da entrevistadora sobre os problemas de um bairro popular em Salvador não era a mesma dos entrevistados. Este fato pode é previsível face à literatura apresentada no Capítulo 1, quando se faz uma ponte entre a ilusão urbanística, a população pobre e a forma como a educação formal trata esta última.

Quando perguntados sobre a satisfação com o bairro, por exemplo, os moradores de bairros populares entrevistados diziam que estavam muito satisfeitos porque o seu bairro era diferente de todos os outros da Cidade, o que não estava previsto no questionário, pois à pesquisadora não parecia lógico que a bairros tão carentes correspondessem habitantes tão satisfeitos. Este exemplo, retirado da experiência dos pré-testes realizados, evidenciou a necessidade de fazer questões subjetivas e claras, pois as de múltipla escolha seriam limitadas por não conter todas as alternativas possíveis.

Suprimidas estas deficiências, o Questionário de Conhecimento foi refeito e aplicado na Engomadeira para uma amostra de vinte voluntários, todos moradores do bairro, que se dispuseram a participar da experiência. Pode-se dizer que essas pessoas têm disposição ao engajamento coletivo, pois vieram responder o questionário sabendo que este antecederia a aplicação do Jogo da Cidade, do qual todos os entrevistados deveriam participar.

Uma demanda relevante para a análise posterior das entrevistas era a de que os entrevistados deveriam ter mais de 16 anos, pois nesta idade uma pessoa já viveu o suficiente para completar os oito anos de escola obrigatória, além de que possui, a partir desta mesma idade, direito a voto, o que caracterizaria um cidadão capaz de entender minimamente as questões referidas no questionário de conhecimento.

Pode-se adiantar um resultado a partir destas pesquisas feitas, que é o de que estudar a eficiência do Jogo da Cidade como veículo de aumento de conhecimento da população pobre de baixa escolaridade torna-se mais fácil a partir do momento que é acrescentado mais um elemento ao trabalho: a preocupação do pesquisador em fazer os termos e lógicas do Urbanismo acessíveis à população, como será sugerido mais adiante neste trabalho.

## 2.3 Caracterização da área estudada



Foto 1 - Bairro da Engomadeira, visto da UNEB

Silvia Ogawa, ago. 2003.

### 2.3.1 Localização

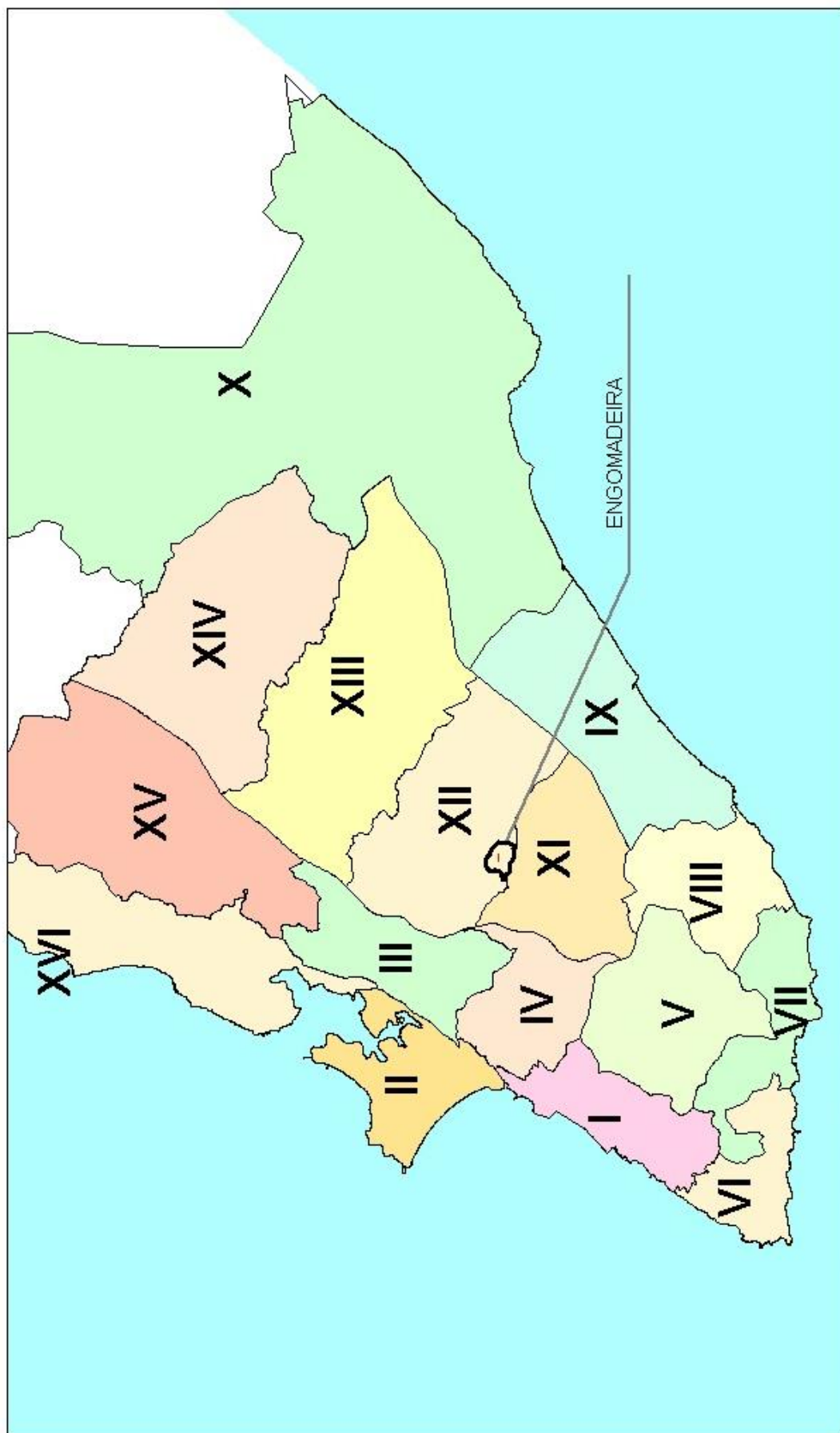
A Engomadeira, segundo demarcação adotada por acadêmicos de Urbanismo da Universidade Estadual da Bahia (UNEB) em várias pesquisas sobre o Bairro, localiza-se no “Miolo” da Cidade de Salvador, na Região Administrativa de número XII (Mapa 01) e tem como limites o Bairro do Cabula ao Sul, o Bairro de Narandiba a Leste e o Bairro de Tancredo Neves ao Norte (Mapa 02). O Bairro tem ainda a UNEB como vizinha imediata além de estar próximo ao Hospital Geral Roberto Santos e ao Hospital Juliano Moreira. O acesso ao Bairro é feito pela Estrada das Barreiras, que se liga à avenida Silveira Martins, ao Centro Administrativo da Bahia (CAB) e à BR-324 (Mapa 03).

### 2.3.2 Histórico

O Bairro da Engomadeira surgiu na década de 1940, em terrenos que inicialmente eram chácaras. Suas lavadeiras eram famosas pela brancura das roupas que elas lavavam e passavam com ferro quente de carvão usando goma para “engomar”, daí o nome do local.

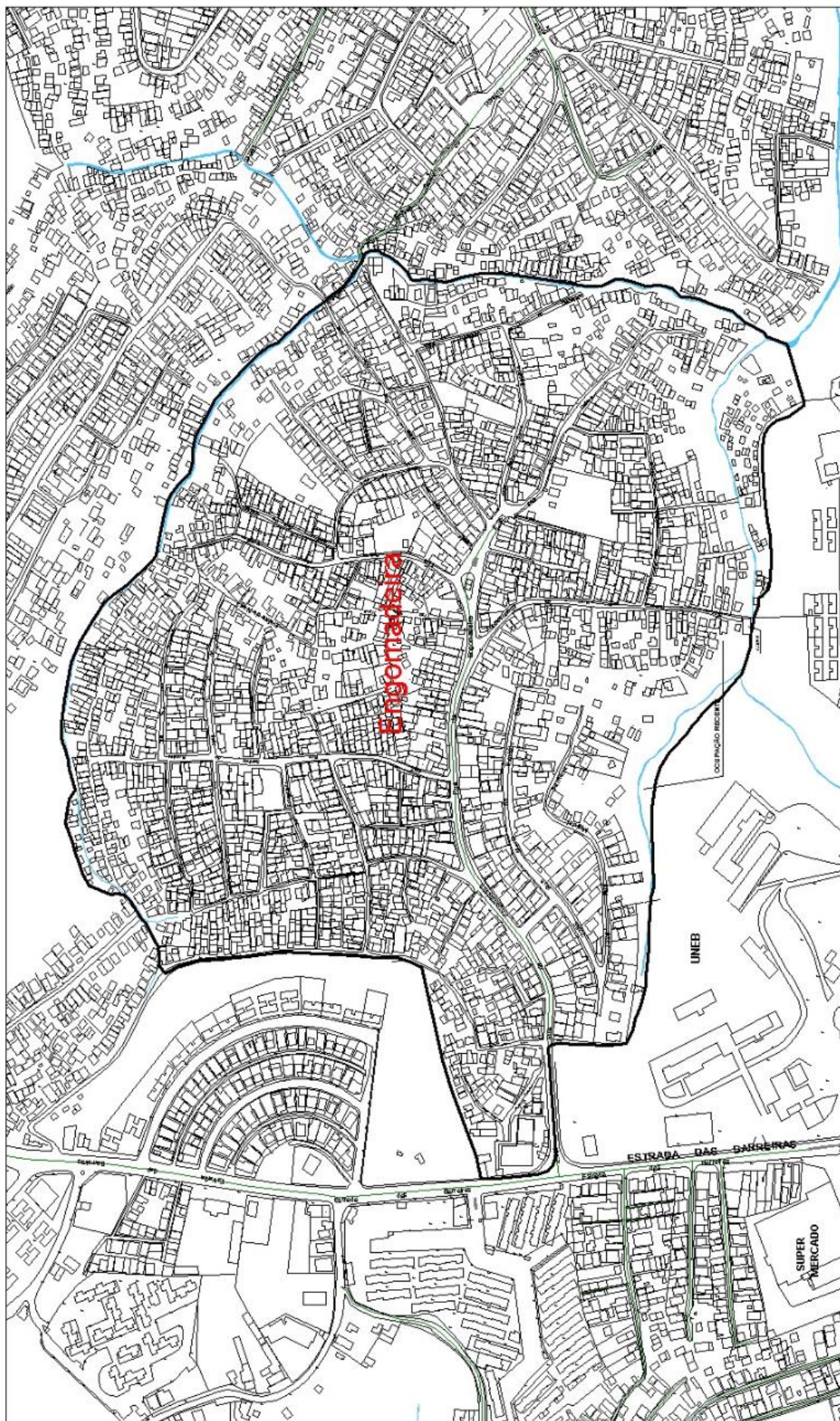
As casas mais pobres eram feitas de barro e varas, com cobertura de palha, e as casas das pessoas com melhores condições financeiras eram de adobe. Não possuía energia elétrica nem água encanada e outros serviços públicos.

O meio de locomoção mais utilizado era o modo a pé, pois o Bairro não possuía asfaltamento, além de estar cercado de mato e buracos, o que impedia a circulação de veículos. Para se deslocar por maiores distâncias, os moradores caminhavam até o 19º BC, no Cabula, para pegar o bonde que ia para o Centro da Cidade.



Mapa 1 - Mapa de localização do Bairro da Engomadeira, segundo R.A.s  
Escala 1:125.000  
Fonte: Base SICAR, 1992





Mapa 3 - Planta do Bairro da Engomateira  
Escala 1:3.500  
Fonte: Base SICAR, 1992 apud Damasceno e outros, 2002.

Mesmo quando o sistema de bondes foi substituído pelos ônibus, que não dependiam de trilhos, o Bairro ainda não apresentava condições para circulação destes veículos por causa dos buracos e do mato.

O Bairro também não contava com vários outros equipamentos urbanos, o que obrigava os moradores a se deslocarem para bairros próximos, como o São Gonçalo, onde havia um posto policial, ou para bairros do Centro da Cidade, para atendimento médico e escolar.

A economia do Bairro baseava-se na venda de frutas, plantadas nas chácaras, para as feiras nas Sete Portas e em São Miguel. Outra fonte de renda importante do Bairro era a lavagem de roupas, feita pelas mulheres do Bairro para a Cidade inteira.

Os rios do Bairro sempre foram importantes por serem utilizados para regar os roçados dos moradores, para a lavagem de roupas, e para o consumo doméstico, além de atrair pessoas dos bairros vizinhos. O Bairro possuía também muitas fontes, como a fonte de Nanã e a fonte do “finado” Peixoto, mas essas só começaram a ser largamente usadas com o início da poluição nos rios da região. Havia também um chafariz público onde é hoje o atual fim de linha dos ônibus que servem o Bairro.

Dos anos 40 aos anos 60 o Bairro não apresentou crescimento intenso e a comunidade, segundo uma moradora do local, era unida e festeira:

As festas de São João, Natal e Ano Novo eram muito comemoradas pelos moradores, que saíam de porta em porta oferecendo seus pratos, preparados em fogões de lenha pelos mais pobres ou em fogões a gás querosene, comprado em litros e também utilizado para acender os candeeiros e os lampiões das casas. Os moradores acendiam velas no Dia de Finados no cruzeiro que ficava em frente a uma casa utilizada como sede dos moradores. Essa sede era como um ponto de encontro para a população brincar, festejar, jogar capoeira, fazer ‘show de calouros’, enfim, os moradores tinham opções de lazer típicas de uma pequena comunidade. Mesmo quando a televisão chegou ao Bairro, e só os moradores mais ricos podiam ter uma, os outros moradores se reuniam para assistir a televisão como se fosse um cinema. Quando um cinema foi instalado no 19º BC, a população ia a pé para lá, pois ainda não passava ônibus no Bairro. (Sônia Silva, 46 anos, moradora do Bairro há 45 anos).

A ocupação do Bairro pelos moradores foi sendo feita mais pelas baixadas e pela rua Direta do que no atual fim de linha, pois este local era conservado como uma praça, um ponto cultural, onde ficavam muitos dos candomblés, o cruzeiro e muita árvores. Os candomblés da Engomadeira não eram grandes terreiros, mas casebres com cobertura de palha, onde se fazia reverências às entidades de

devoção. A fé, aliás, sempre foi muito forte nos habitantes de Engomadeira. Santo Antônio, por exemplo, era comemorado em todos os seus treze dias com muito samba e caruru no mês de junho, segundo a moradora Edvalda Conceição.

A partir dos anos 80 houve um crescimento acelerado do Bairro e este começou a ser melhor infra-estruturado. A primeira obra da Prefeitura para o Bairro foi a Escola Municipal Álvaro da Franca Rocha. Antes disso a maior parte das crianças estudava nas escolas do Centro da Cidade ou em “bancas”<sup>5</sup> em bairros vizinhos. Depois vieram a pavimentação, a luz e água, todas conseguidas com muita luta, de acordo com moradores do local. Um posto de saúde também se instalou neste período, representando uma grande melhora para os habitantes do Bairro. A primeira linha de ônibus do Bairro ia para a Barroquinha, mas por possuir poucos veículos para este trajeto, os ônibus estavam sempre muito lotados.

A instalação da UNEB, no início dos anos 80, foi bem vista pelos moradores da Engomadeira. “Nós ficamos lisonjeados com a UNEB aqui. Era como se a gente morasse na Pituba ou na Barra” (Antonieta Santos, moradora do Bairro). Outros motivos porque os habitantes gostaram da instalação da Universidade no local foi que as crianças tinham um local para brincar de bola e os moradores podiam fazer caminhos mais curtos para o ponto de ônibus atravessando a Universidade.

Entretanto, com a construção indiscriminada de casas que invadiam o terreno da UNEB, foi erguido um muro, nos anos 90, que a separou do Bairro. Essas invasões sucessivas eram feitas por pessoas pobres, vindas do interior do Estado, atraídas pelo trabalho de lavadeira, que ainda era muito valorizado no Bairro, e pelas oportunidades de trabalhar com o comércio na região.

Dos anos 80 em diante também foi muito intensa a poluição dos rios devido à construção de conjuntos habitacionais na região vizinha ao Bairro. O primeiro conjunto da região foi o Conjunto A.C.M., que ficava perto dos mananciais, despejando seus dejetos nos rios.

Em 1985, foi inaugurado o Conselho de Moradores do Bairro da Engomadeira (COMOBE), com o objetivo de prestar auxílio às famílias do local. O COMOBE teve seu período áureo no fim dos anos 80, quando a ajuda governamental era mais forte. Nessa época, chegou a ter 600 famílias cadastradas. É uma associação bastante funcional no Bairro, só que, como não faz mais trabalhos constantes de

---

<sup>5</sup> A expressão “banca” está significando “aulas particulares, aulas de reforço escolar”. É um regionalismo muito utilizado no Estado da Bahia.

distribuição de cestas básicas, conta com bem menos moradores freqüentando seu espaço.

### 2.3.3 Dados demográficos e situação atual do Bairro

Segundo levantamento feito pela pesquisa “Análise da Distribuição dos Equipamentos Urbanos da Área de Engomadeira”, realizada por alunos do curso de Urbanismo da UNEB, em 2002, o Bairro possui 5.213 unidades imóveis (Mapa 04), entre imóveis exclusivamente residenciais e imóveis de uso misto (habitação e comércio ou serviços). No referido estudo foi adotado média de 5 pessoas por família, o que fornece uma estimativa da população existente no local: 26.065 habitantes.

Tendo o Bairro área total de 34,5 ha, sua densidade populacional é de 755 hab/ha, havendo grande demanda por serviços e equipamentos urbanos e também grande pressão sobre a infra-estrutura existente no local (ver fotos 2 a 11). Alguns dos problemas enfrentados pelos moradores são: deslizamentos de encostas, ruas esburacadas, falta de telefones públicos, entre outros.

Com relação à renda familiar mensal no Bairro da Engomadeira, estudos feitos por estudantes do Curso de Urbanismo da UNEB, no âmbito de sua formação acadêmica, revelam que mais de 70% das famílias do Bairro (desconsiderando-se os questionários que não traziam a renda mensal dos entrevistados) têm renda inferior a 3 (três) salários mínimos mensais. As faixas de renda estão explicitadas na tabela seguinte:

Tabela 1 - Renda familiar mensal no Bairro da Engomadeira

Renda total familiar	Número de famílias (%)
0 a 1/2 salário mínimo	12,90
1/2 a 1 salário mínimo	6,45
1 a 2 salários mínimos	25,81
2 a 3 salários mínimos	16,13
> 3 salários mínimos	25,81
Não responderam	12,90
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Pesquisa de campo, feita por alunos da Disciplina Política, Planejamento e Projetos Habitacionais, do curso de Urbanismo, UNEB, 2003



Foto 1 - Posto policial  
Silvia Ogawa, ago. 2003.



Foto 2 - Ponto de ônibus  
Silvia Ogawa, ago. 2003.



Foto 3 - Rua que acaba em via estreita e de terra  
Silvia Ogawa, ago. 2003.



Foto 4 - Casa em local alto, sem escadaria de acesso  
Silvia Ogawa, ago. 2003.



Foto 6 - Casa de baixo padrão construtivo e com muro improvisado  
Silvia Ogawa, ago. 2003.



Foto 7 - Campo de futebol improvisado no terreno da UNEB  
Silvia Ogawa, ago. 2003.



Foto 8 - Esgoto a céu aberto  
Silvia Ogawa, ago. 2003.



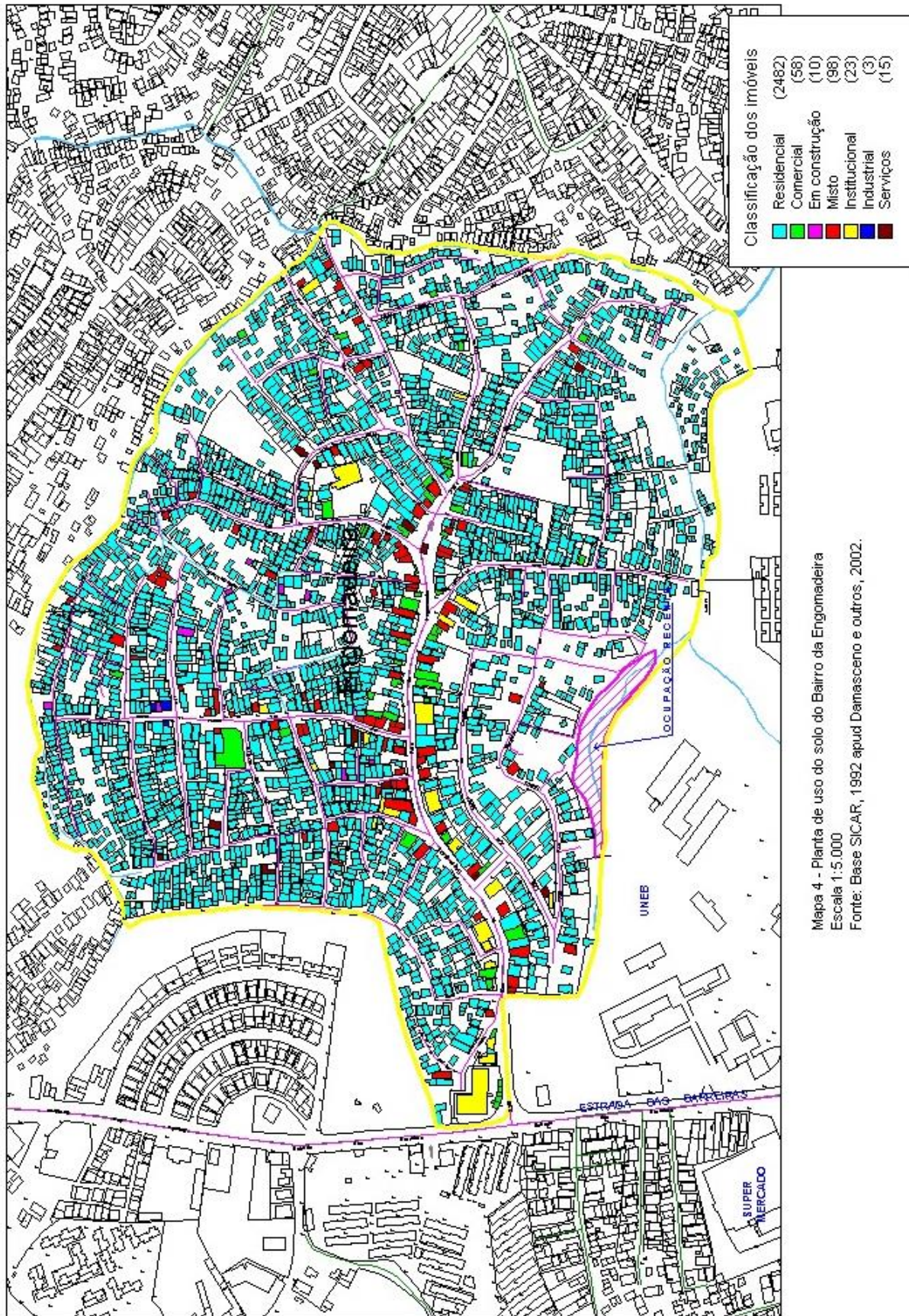
Foto 9 - Bueiro sem tampa de proteção e  
coberto de mato e lixo  
Silvia Ogawa, ago. 2003.



Foto 10 - Escadaria sem manutenção  
Silvia Ogawa, ago. 2003.



Foto 11 - Escadaria estreita e pavimento sem  
manutenção  
Silvia Ogawa, ago. 2003.



### **2.3.1 Pesquisa na Engomadeira sobre o grau de satisfação e conhecimento da comunidade em relação a serviços urbanos (2002)**

#### **2.3.4.1 Objeto da pesquisa**

No ano de 2002, alunos da Disciplina Gestão de Sistemas Urbanos II, do curso de Urbanismo, da UNEB foram a campo com o objetivo de medir o grau de satisfação e conhecimento da comunidade em relação à prestação de serviços urbanos, tanto de consumo individual, como de consumo coletivo.

Para efeito de pesquisa, foram considerados serviços urbanos de consumo individual:

- Energia elétrica (em casa);
- Abastecimento de água;
- Esgotamento sanitário;
- Telefone doméstico;
- Transporte de ônibus.

E serviços urbanos de consumo coletivo:

- Iluminação pública;
- Coleta de lixo;
- Varrição de rua;
- Telefone Público;
- Calçamento de ruas;
- Segurança.

#### **2.3.4.2 Resultados**

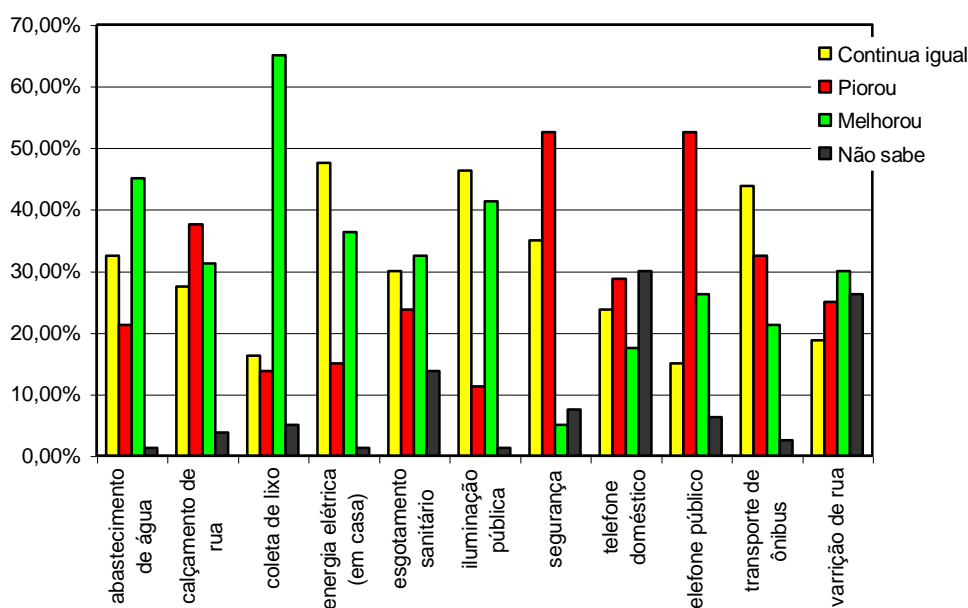
Foram aplicados oitenta questionários à comunidade, aleatoriamente, de onde se tiraram os seguintes resultados:

A maioria dos entrevistados tinha cursado o primeiro (43,75%) ou o segundo grau (38,75%), o que soma 82,5% do total. Somente 3,75% cursaram alguma faculdade, enquanto que 13,75% não freqüentaram a escola. Embora seja alto o percentual de pessoas escolarizadas, o número de analfabetos é bastante significativo, sobretudo quando se considera os analfabetos funcionais não declarados.

Quanto à moradia, quase a metade dos entrevistados (46%) já morava no Bairro há mais de 20 anos. Do resto, 24% tinha entre 10 a 20 anos no bairro, 15% tinha de 10 a 5 anos de moradia, e 15% possuía menos de 5 anos no local.

Quanto ao grau de satisfação da população com os serviços urbanos no Bairro, foi perguntado aos entrevistados a sua opinião geral sobre os serviços nos últimos 5 anos:

Gráfico 1 - Opinião em relação aos serviços urbanos nos últimos 5 anos



Fonte: Pesquisa de campo, feita por alunos da Disciplina Gestão de Sistemas Urbanos II, do curso de Urbanismo, UNEB, 2002

Tabela 1 - Opinião em relação aos serviços urbanos nos últimos 5 anos

Serviço urbano	Igual	Pior	Melhor	Não sabe	TOTAL
Abastecimento de água	32,50%	21,25%	45,00%	1,25%	100,00%
Calçamento de rua	27,50%	37,50%	31,25%	3,75%	100,00%
Coleta de lixo	16,25%	13,75%	65,00%	5,00%	100,00%
Energia elétrica (em casa)	47,50%	15,00%	36,25%	1,25%	100,00%
Esgotamento sanitário	30,00%	23,75%	32,50%	13,75%	100,00%
Iluminação pública	46,25%	11,25%	41,25%	1,25%	100,00%
Segurança	35,00%	52,50%	5,00%	7,50%	100,00%
Telefone doméstico	23,75%	28,75%	17,50%	30,00%	100,00%
Telefone público	15,00%	52,50%	26,25%	6,25%	100,00%
Transporte de ônibus	43,75%	32,50%	21,25%	2,50%	100,00%
Varrição de rua	18,75%	25,00%	30,00%	26,25%	100,00%

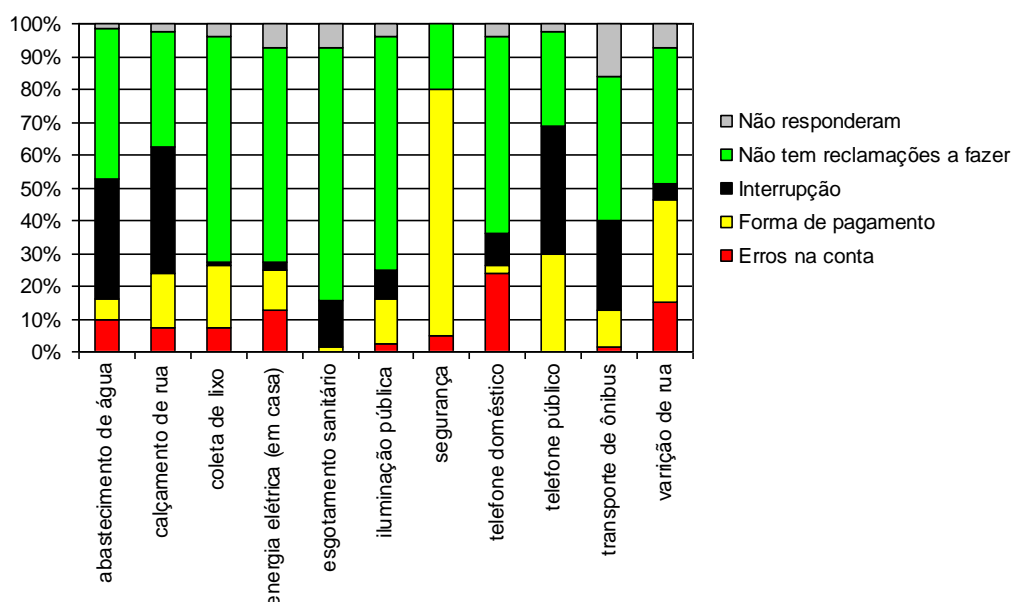
Fonte: Pesquisa de campo, feita por alunos da Disciplina Gestão de Sistemas Urbanos II, do curso de Urbanismo, UNEB, 2002

Observando o gráfico (e sua tabela) acima, nota-se que os moradores consideraram que a maioria dos serviços ou continuou na mesma situação, ou tinha

melhorado. Isso é resultado da comparação que se faz entre um estado anterior, geralmente mais precário, com outro, presente, onde a oferta de serviços urbanos, como água e energia elétrica, passa a sofrer menos interrupções. Isso não aconteceu, na opinião da maioria dos moradores, com os serviços de transporte e segurança pública, que apresentaram piora significativa. O telefone residencial (doméstico) também foi muito criticado pela população, devido a motivos financeiros, como erros freqüentes de cálculo nas contas, o que afeta diretamente a população do Bairro.

Ainda segundo a pesquisa, as reclamações mais freqüentes da população em relação aos serviços públicos eram, como mostra o gráfico e a tabela seguintes:

Gráfico 2 - Reclamações mais freqüentes em relação aos serviços públicos



Fonte: Pesquisa de campo, feita por alunos da Disciplina Gestão de Sistemas Urbanos II, do curso de Urbanismo, UNEB, 2002

Tabela 2 - Reclamações mais freqüentes em relação aos serviços públicos

Serviço urbano	Erros na conta	Forma de pagamento	Interrupção	Não tem reclamações a fazer	Não responderam	TOTAL
Abastecimento de água	10,00%	6,25%	36,25%	46,25%	1,25%	100,00%
Calçamento de rua	7,50%	16,25%	38,75%	35,00%	2,50%	100,00%
Coleta de lixo	7,50%	18,75%	1,25%	68,75%	3,75%	100,00%
Energia elétrica (em casa)	12,50%	12,50%	2,50%	65,00%	7,50%	100,00%
Esgotamento sanitário	0,00%	1,42%	14,20%	77,18%	7,20%	100,00%
Iluminação pública	2,50%	13,75%	8,75%	71,25%	3,75%	100,00%
Segurança	5,00%	75,00%	0,00%	20,00%	0,00%	100,00%
Telefone doméstico	23,75%	2,50%	10,00%	60,00%	3,75%	100,00%
Telefone público	0,00%	30,00%	38,75%	28,75%	2,50%	100,00%
Transporte de ônibus	1,25%	11,25%	27,50%	43,75%	16,25%	100,00%
Varrição de rua	15,00%	31,25%	5,00%	41,25%	7,50%	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo, feita por alunos da Disciplina Gestão de Sistemas Urbanos II, do curso de Urbanismo, UNEB, 2002

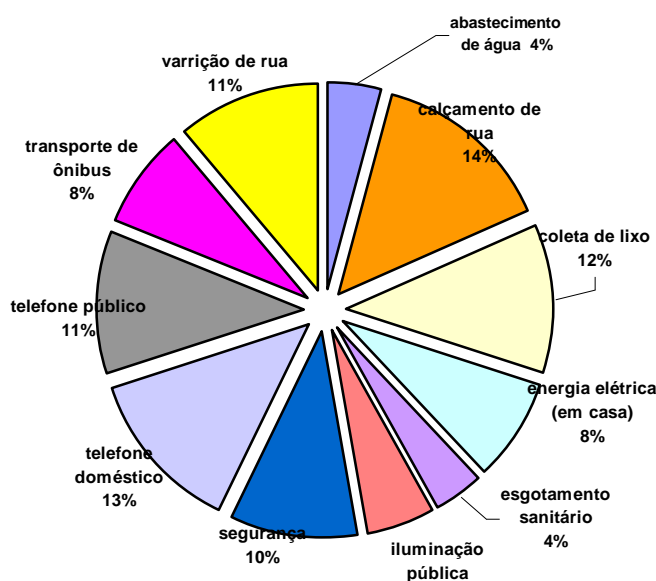
Quanto ao grau de conhecimento dos direitos como consumidores de serviços urbanos, os entrevistados foram perguntados se eles sabiam quem era o responsável pela prestação de cada serviço.

Tabela 3 - Responsável por cada serviço urbano

Serviço urbano	Estado	Prefeitura	Empresa	Própria pessoa	Não sabe	Respostas erradas
Abastecimento de água	25,00%	22,50%	47,50%	1,25%	3,75%	75,00%
Calçamento de rua	5,00%	87,50%	2,50%	2,50%	2,50%	12,50%
Coleta de lixo	5,00%	72,50%	18,75%	1,25%	2,50%	27,50%
Energia elétrica (em casa)	23,75%	16,25%	48,75%	3,75%	7,50%	51,25%
Esgotamento sanitário	23,75%	55,00%	15,00%	0,00%	6,25%	76,25%
Iluminação pública	11,25%	51,25%	32,50%	2,50%	2,50%	67,50%
Segurança	61,25%	27,50%	3,75%	3,75%	3,75%	38,75%
Telefone doméstico	3,75%	2,50%	80,00%	7,50%	6,25%	20,00%
Telefone público	11,25%	16,25%	67,50%	1,25%	3,75%	32,50%
Transporte de ônibus	2,50%	47,50%	47,50%	0,00%	2,50%	52,50%
Varrição de rua	5,00%	68,75%	20,00%	2,50%	3,75%	31,25%

Fonte: Pesquisa de campo, feita por alunos da Disciplina Gestão de Sistemas Urbanos II, do curso de Urbanismo, UNEB, 2002

Gráfico 3 - Distribuição das respostas consideradas corretas (sobre quem é o responsável por cada serviço urbano)

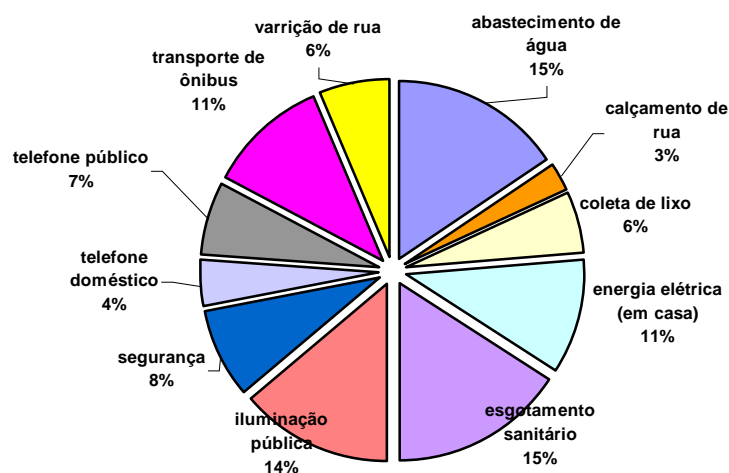


Fonte: Pesquisa de campo, feita por alunos da Disciplina Gestão de Sistemas Urbanos II, do curso de Urbanismo, UNEB, 2002

Pela análise dos Gráficos 3 e 4 (a seguir), conclui-se que o maior número de acertos foi em relação aos serviços que são de responsabilidade da Prefeitura, (calçamento de ruas, coleta de lixo, varrição de rua e transporte de ônibus), mesmo que sejam realizados por empresas terceirizadas. Um exemplo é a coleta de lixo, de responsabilidade da Prefeitura, sendo executada, através de concessão, pela

Empresa de Engenharia Ambiental “VEGA”. Por outro lado, em relação aos serviços de responsabilidade do Estado, como a água, o esgoto e a segurança, muitos entrevistados se confundiram por causa do desconhecimento do andamento das privatizações dos serviços públicos, que, à época da pesquisa, já tinham atingido a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA) e a Telecomunicações da Bahia S.A. (TELEBAHIA), agora Telemar.

Gráfico 4 - Distribuição das respostas consideradas erradas (sobre quem é o responsável por cada serviço urbano)



Fonte: Pesquisa de campo, feita por alunos da Disciplina Gestão de Sistemas Urbanos II, do curso de Urbanismo, UNEB, 2002

Ainda sobre responsabilidades, quando perguntados se saberiam onde prestar queixa sobre algum serviço público, 51% dos entrevistados disseram que sim, enquanto que 49% responderam que não saberiam onde registrar queixa sobre qualquer serviço urbano. Esse dado pode demonstrar equilíbrio entre conhecimento e desconhecimento de direitos e deveres como cidadão, mas o fato é que é difícil precisar quantas pessoas realmente sabem a que órgãos ou instituições devem dirigir-se para buscar melhorias urbanas, ou a resolução de seus problemas como consumidores.

Outro dado importante da pesquisa é o que trata do atendimento das queixas efetuadas: Apenas 35% dos moradores entrevistados já haviam registrado alguma queixa em relação a serviços urbanos. Destes, menos de 4% recebeu algum tipo de resposta para o seu problema.

Em relação à consulta popular de opinião sobre serviços urbanos, que houvesse sido feita anteriormente a este trabalho, somente um morador, conforme

mostra o gráfico a seguir, já havia sido perguntado sobre o serviço de varrição de rua, o que deixa entender que a população não vem sendo ouvida pelos gestores dos serviços elencados:

Tabela 4 - Você já foi consultado para dar opinião sobre algum desses serviços?

Serviço urbano	Sim	Não	TOTAL
Abastecimento de água	0,00%	100,00%	100,00%
Calçamento de rua	0,00%	100,00%	100,00%
Coleta de lixo	0,00%	100,00%	100,00%
Energia elétrica (em casa)	0,00%	100,00%	100,00%
Esgotamento sanitário	0,00%	100,00%	100,00%
Iluminação pública	0,00%	100,00%	100,00%
Segurança	0,00%	100,00%	100,00%
Telefone doméstico	0,00%	100,00%	100,00%
Telefone público	0,00%	100,00%	100,00%
Transporte de ônibus	0,00%	100,00%	100,00%
Varrição de rua	1,25%	98,75%	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo, feita por alunos da Disciplina Gestão de Sistemas Urbanos II, do curso de Urbanismo, UNEB, 2002

### **3. Apreensão de Termos e Lógicas do Urbanismo pela população de baixa renda**

#### **3.1 Questionário de Conhecimento**

Como já dito na Metodologia, foi aplicado um questionário, chamado de “Questionário de Conhecimento”, que teve como objetivo mostrar os principais interesses do entrevistado e capacidade de apreensão dos problemas do seu bairro.

Uma análise preliminar das respostas obtidas no Questionário de Conhecimento sobre questões urbanas não traz maiores surpresas: nível baixo de compreensão da própria realidade e da capacidade de identificar-se com a situação de moradores de outros bairros carentes. O que segue agora é uma análise mais detalhada do questionário e seus resultados.

##### **1. Dados pessoais do entrevistado**

Neste bloco foram perguntados o nome e endereço de cada entrevistado, seu estado civil, sexo, idade, número de pessoas na família, trabalhadores por família, renda familiar mensal, escolaridade do entrevistado e a do chefe da família.

Segundo as entrevistas realizadas, pôde-se perceber que a mulher é mais participativa que o homem, pois 80% dos entrevistados eram do sexo feminino e apenas 20% eram do sexo masculino. Pode-se inferir daí que as mulheres são mais participativas porque a vida comunitária talvez seja considerada por elas como uma extensão da vida familiar, cabendo a elas a representação da família perante a vizinhança. A mulher, mesmo com o acúmulo dos papéis assumidos e ainda que tenha ocupações externas, se preocuparia mais que o homem com a participação nas associações e grupos da comunidade no ambiente urbano.

Quanto à idade, observou-se que 65% dos entrevistados estavam abaixo dos 30 anos (25% dos entrevistados têm de 16 a 19 anos e 40% têm de 20 a 29 anos). Vale ressaltar aqui que a idade mínima dos entrevistados deveria ser de 16 anos. Esse número alto de jovens pode ser um reflexo do fato de que haveria um jogo, a ser marcado depois dos questionários, ou também pode ser resultado de um engajamento dos jovens em questões comunitárias.

Os entrevistados que já possuíam mais de 30 anos geralmente já eram chefes de família. Essa condição possivelmente não exclui a vontade de participar, e provavelmente produz um efeito contrário, o do interesse em estar por dentro da vida comunitária para acompanhar as mudanças locais que afetem sua família. Contudo, pessoas que tivessem de 30 a 39 anos somaram apenas 15% dos entrevistados, mesmo valor da faixa de 40 a 49 anos. Não houve entrevistados com idade de 50 a 59 anos, e 5% dos entrevistados tinham mais de 60 anos.

Em relação ao estado civil, verifica-se que 85% dos entrevistados declararam-se solteiros, enquanto que o restante (15%) compunha-se de casados ou pessoas em união estável, isto é, parceiros unidos pública e continuamente, com intenção de formar família. Interessante comparação pode ser feita com os resultados obtidos por Nunes (2002), no Bairro de Vila Verde. Segundo a autora, 70% das famílias daquele Bairro seriam formadas por casais, considerado indiferente o fato desses estarem unidos oficialmente ou de forma não-oficial. Solteiros seriam 20% e separados, 10% da população em Vila Verde (NUNES, 2002, p. 36).

Essa inversão nos dados nas duas pesquisas talvez possa ser atribuída às diferentes durações destas, pois o questionário de conhecimento era imediato, e a pesquisa do Vila Verde foi uma experiência mais longa e também de observação do desenrolar do cotidiano dos moradores, onde foi possível acompanhar, inclusive, mudanças de parceiros entre casais do Bairro.

A média de pessoas por família é de 5,2 pessoas por habitação, número alto, de acordo com estudos para melhoria da política habitacional em Salvador, que revelam uma média de 4 pessoas por habitação. Este número condiz com o tomado por base em estudos anteriores sobre o Bairro.

Em cada família (de uma média de 5,2 pessoas), 1,8 pessoa tem emprego. A renda familiar mensal, segundo os entrevistados, está distribuída da seguinte forma:

Tabela 5 - Renda familiar mensal

Situação financeira	Quantidade de famílias
Famílias sem renda	10%
Famílias sem renda fixa	15%
Famílias que ganham abaixo de 1 salário mínimo	0%
Famílias que ganham 1 salário mínimo (= R\$ 240,00)	5%
Famílias com renda maior que 1 salário mínimo	15%
Entrevistado não soube declarar	55%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2003

Chama a atenção o fato de que 55% dos entrevistados não souberam (ou talvez não quisessem) revelar a renda. Apesar da resistência da maioria dos entrevistados em declarar a renda familiar mensal, pode-se imaginar um baixo rendimento financeiro médio por família, pois somente 15% dos entrevistados declararam receber mais de R\$ 240,00 por mês (que era o valor do salário mínimo à época). Considerando que cada família possui cinco membros, pondera-se que seja praticamente impossível a um chefe da família na Engomadeira prover uma vida confortável em todos os aspectos materiais para seus dependentes e satisfação plena de necessidades sociais, como educação e lazer.

Sobre o nível de escolaridade do entrevistado e do chefe da família (quando estes fossem pessoas distintas), percebe-se que os entrevistados mostram-se com um bom nível escolar, em contraposição aos chefes da família. Como quase a metade dos entrevistados afirmou possuir o 2º grau completo, não é possível dizer que estes, depois de 11 anos de estudo, possuam baixa escolaridade.

Aliás, isso poderia levar a crer que a amostra da pesquisa seria formada essencialmente por componentes do “pólo potencialmente engajado” na participação em ações coletivas, caracterizado por Nunes (2002, p. 45) como o grupo formado pelos moradores do bairro que tivessem maior salário, emprego fixo, aproximadamente oito anos de escola, lembranças marcantes tanto pessoais, como de eventos nacionais que os afetaram, e fossem capazes de discutir os problemas coletivos fora da individualização de todos os acontecimentos, entre outras características. Porém, como está escrito adiante, essas pessoas podem não ser exatamente do pólo potencialmente engajado, e sim, ser consideradas pessoas que orbitam na área de influência de uma associação, no caso, o COMOBE.

Tabela 6 - Escolaridade do entrevistado e do chefe da família

Escolaridade	Entrevistado	Chefe da família
Nunca estudou	0%	10%
1º grau incompleto	30%	45%
1º grau completo	15%	5%
2º grau incompleto	5%	5%
2º grau completo	45%	20%
Superior	5%	5%
Não sabe (quando se trata do chefe da família)	--	10%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2003

Já entre os chefes de família, observa-se que estes são menos escolarizados. É difícil precisar quantas pessoas são analfabetas funcionais, pois é fato que muitas pessoas sentem vergonha da sua falta de instrução, o que influencia nas respostas (NUNES, 2002, p. 35).

## 2. Interesses

Este segundo bloco de perguntas visava conhecer os interesses dos entrevistados, ou melhor, os assuntos considerados importantes para a população pesquisada e com quem esses assuntos eram debatidos.

Primeiramente, foi dada uma pequena lista de temas de notícias, bem gerais, e a cada entrevistado foi perguntado se estas o interessavam ou não.

Tabela 7 - Interesse despertado por temas de notícia

Tema	Sim	Não	TOTAL
Política	60%	40%	100%
Economia	35%	65%	100%
Lazer, diversão	95%	5%	100%
Educação	100%	0%	100%
Urbanização	85%	15%	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2003

O tema Política foi o mais equilibrado, provavelmente porque assuntos como eleições, governo, democracia, etc, ao tempo que despertam interesse em parte da população, também podem ser dispensados da preocupação desta, o que possivelmente deve ser fruto de uma vontade de evitar frustrações, uma concepção de vida de que “se nada vai mudar, então não adianta pensar nisso”, reflexo do sentimento de impotência em relação à própria situação de pobreza, como se cada um do povo não fosse também responsável pela escolha dos líderes políticos a que todos estão submetidos.

O tema Economia (moeda, crises, desemprego), estranhamente, não desperta muito interesse dos entrevistados, apesar da maioria dos problemas dos pobres estar centrada na falta de dinheiro. Pode-se inferir que isso ocorre de uma segregação muito forte do tema economia, que é tratado com toda a gravidade pelos noticiários, sempre focando as altas e baixas da moeda brasileira, as crises

econômicas e os baixos salários, o que gera uma possível falta de clareza do termo para a população pobre.

Quanto ao tema Lazer (e diversão), os entrevistados demonstraram um interesse muito forte, ao contrário dos já citados, pois é natural do ser humano gostar de atividades aprazíveis, como festas, viagens, comemorações, etc, que muitas vezes são uma fuga da realidade dura a que a população pobre está exposta. Essa necessidade de festejar muitas vezes é reforçada pelo governo e pela televisão, que veiculam sempre a imagem da Bahia como a terra da alegria.

O interesse pelo tema Educação (aí incluídos escolas, conhecimento, cultura, etc) é unanimidade entre os entrevistados, talvez porque a educação seja vista como uma das poucas oportunidades de sucesso na vida, devido a uma possível falta de perspectiva do pobre e da maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho se este, além de tudo, ainda não possuir escolaridade avançada.

O tema Urbanização apresentou 85% dos entrevistados dizendo que se interessavam pelos melhoramentos diversos na estrutura da cidade e problemas urbanos, contra 15% que afirmaram não se interessar pelo assunto. Este fato pode refletir uma possível ligação feita pelos entrevistados entre os melhoramentos urbanos no seu Bairro e uma melhoria direta na sua vida, ou o contrário, uma piora efetiva do meio ambiente urbano estorvando a vida individual.

Para os entrevistados, também foi perguntada qual a melhor fonte de informação para saber dos assuntos que lhes interessavam. A fonte mais citada foi, com larga margem de diferença, a televisão (75%), tão comum nas casas brasileiras. A segunda e a terceira fontes mais utilizadas para informar-se são o jornal (40%) e o rádio (35%), respectivamente. Esses dois meios de comunicação também são muito acessíveis para a maioria da população. As fontes escola (30%) e família, vizinhos e amigos (30%), não são mais requisitadas que as citadas anteriormente, mas o empate entre elas mostra um dado interessante: a educação formal (escolar) e a informal familiar e de vizinhança são igualmente consideradas na hora de servir de fonte de informações, segundo os entrevistados.

Pensando de forma mais específica, foi feita uma questão sobre o interesse despertado por assuntos diversos relativos aos seguintes espaços geográficos:

- Engomadeira
- Salvador e Bahia
- Brasil e resto do mundo

De acordo com as respostas obtidas, 45% dos entrevistados se interessam muito por assuntos relativos ao Bairro, 30% disseram que se interessam medianamente por tais assuntos e 25% responderam que têm muito pouco interesse por assuntos do Bairro, enquanto que 20% dos entrevistados se interessam muito por assuntos relativos à Salvador e à Bahia, 50% se interessam medianamente por assuntos relativos à Cidade e ao Estado e 30% se interessam muito pouco por esses assuntos.

Já 25% dos entrevistados responderam que se interessam muito por assuntos relativos ao Brasil e ao resto do mundo, 50% respondeu que se interessa medianamente e 25% responderam que se interessam muito pouco pelos temas Brasil e resto do mundo. Esses dados revelam que a maior preocupação da população é por assuntos acontecidos no próprio bairro, ou seja, coisas de que ela pode ser personagem mais facilmente.

Tabela 8 - Quadro resumo do interesse em relação ao bairro, cidade, estado, país e mundo

LOCAL	Engomadeira			Salvador e Bahia			Brasil e outros países		
Nível de interesse (%)	Baixo interesse	Interesse médio	Alto interesse	Baixo interesse	Interesse médio	Alto interesse	Baixo interesse	Interesse médio	Alto interesse
	45%	30%	25%	30%	50%	20%	25%	50%	25%
TOTAL	100%			100%			100%		

Fonte: Pesquisa de campo, 2003

Porém quando requerido que cada entrevistado desse uma notícia sobre as regiões acima, foi constatado que a maioria não se prende a detalhes, ou melhor, as notícias dadas não eram válidas, pois eram uma constante. Por exemplo, quando um morador disse que uma notícia da Engomadeira é a falta de escadarias adequadas, sendo que isso não era fato recente no lugar, então essas respostas foram consideradas vagas. De acordo com a Tabela 7, nota-se que Brasil e outros países foi o tema que a população tinha mais domínio sobre as notícias, o que, já que 75% dos entrevistados usam televisão para se informar, talvez deva ser considerado normal.

Outra hipótese é a de que, como as notícias locais possivelmente são consideradas sem expressividade suficiente para difusão em canais comerciais de televisão, o acesso a elas fica a cargo do que foi ouvido ou presenciado. Outro fator que pode ter influenciado nas respostas é o de que a população pobre de baixa

escolaridade geralmente não se concentra na conexão, continuidade e localização temporal dos fatos, conforme discutido e registrado no item 1.1, Capítulo 1.

Tabela 9 - O entrevistado soube dar uma notícia sobre determinada área

Situação	Engomadeira	Salvador e Bahia	Brasil e outros países
Soube dar uma notícia bem localizada no tempo e no espaço	25%	15%	40%
Foi vago na resposta	45%	15%	20%
Não soube dizer ou não lembrou de nenhuma	30%	70%	40%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2003

Quanto à perspectiva temporal, as entrevistas resultaram que 45% dos entrevistados se preocupam com o “dia de amanhã”, referindo-se ao dia seguinte e não ao futuro, preferindo viver um dia de cada vez, de onde se pode imaginar que a incerteza do futuro não valeria o esforço de se preocupar com ele. Os próximos doze meses – a vivência do ano todo – preocupam apenas 5% dos entrevistados, apesar da vida urbana brasileira ser periodizada para 12 meses: um ano letivo, ou um ano de trabalho, enquanto que a maioria (50%) preocupa-se com os próximos anos.

Já especificando assuntos que poderiam ser tema de preocupação, foi obtido o seguinte quadro:

Tabela 10 - Assuntos que mais preocupam

Assunto	Preocupação em 1º lugar	Preocupação em 2º lugar
Problemas brasileiros	50%	20%
Problemas mundiais	25%	20%
Futuro e problemas familiares	15%	30%
Gastos da família	5%	5%
Vida no Bairro	5%	15%
Não declarou 2º lugar	---	10%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2003

O assunto mais preocupante, de acordo com os entrevistados são os problemas brasileiros, como o desemprego e a violência. Os problemas mundiais, como as guerras e a fome também preocupam muitos dos entrevistados. A terceira maior fonte de preocupação são os problemas da família e seu futuro. Curiosamente, a preocupação com gastos da família, como alimentação e

transportes e a preocupação com a vida no Bairro vieram em último lugar, demonstrando que os entrevistados não estavam tão presos a assuntos particulares e declararam sentir inquietação com a situação do resto da Brasil e do mundo.

Esse fato pode significar um amadurecimento da mentalidade dos entrevistados, já que estes inverteram suas preocupações, deixando a vida em sociedade ter mais relevo do que a existência isolada, ou pensada privadamente.

Para encerrar o bloco de perguntas do questionário de conhecimento sobre interesses, foi pedido aos entrevistados que dissessem se participam de algum tipo de associação, grupo ou clube, que poderia ser de cunho esportivo, religioso, político ou sindical, associação de moradores, ou de outro tipo. Nas respostas, 75% dos entrevistados revelaram não freqüentar nenhum desses, ou seja, a maioria não participa efetivamente em organizações sociais.

Continuando a análise das respostas obtidas, observa-se que a participação mais forte é na associação de moradores, no caso da Engomadeira, o COMOBE, que é aberto a todos os moradores, todos os dias da semana e ainda funciona como escola-creche e local de reunião semanal. Provavelmente estas pessoas estão na órbita de influência do COMOBE, ou seja, podem ser consideradas como facilmente mobilizáveis, mas não presentes na lide diária da associação.

Tabela 11 - Participação em associações, grupos ou clubes

Participação	Sem participação	esportiva	religiosa	associação de moradores	política ou sindical	outra	TOTAL
O próprio entrevistado participa	75%	0%	5%	20%	0%	0%	100%
Algum familiar participa	75%	0%	10%	15%	0%	10%	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2003

A falta de participação em associações esportivas e em políticas ou sindicais pode-se dever, talvez, à inexistência destas no local, pois isso requereria que as pessoas se deslocassem do Bairro para participar de alguma delas, o que desencorajaria a participação em uma população carente de meios materiais para isso. Como há instituições religiosas no Bairro, e freqüências de alguns entrevistados nelas, o elemento deslocamento provavelmente pesa na hora de participar, mas não se deve também, deixar de reforçar o caráter religioso da população baiana.

### **3. Conhecimentos de termos e lógicas do Urbanismo**

O último bloco de perguntas do questionário de conhecimento compõe-se de questões variadas sobre algumas expressões e raciocínios específicos para lidar com questões urbanas e sobre participação popular. As questões foram eminentemente subjetivas, pois era necessário que os entrevistados pudessem expressar livremente suas opiniões, para que fosse possível conhecer o nível de articulação dos seus discursos.

Como este bloco de perguntas versava sobre a percepção do meio ambiente urbano pela população pobre, sua visão espacial, identificação de ordens de grandeza, percepção de problemas e suas soluções, foi feita uma categorização das perguntas e das respostas obtidas na pesquisa, que serão discutidas a seguir.

#### **a) Diagnóstico de problemas e percepção causa-efeito**

Os problemas urbanísticos do Bairro são percebidos timidamente pelos entrevistados e estes geralmente só se referem aos problemas que os afetam diretamente, ou seja, respondem pensando como se o Bairro não fosse uma unidade, como se seus vários problemas (já referidos no Capítulo 2) fossem desconectados e assim minorados. Como já visto na caracterização do Bairro, subcapítulo 2.3, muitos são os problemas enfrentados pelos moradores da Engomadeira, como buracos na pavimentação, ruas sem iluminação, falta de policiamento, entre outros problemas estruturais. Porém, quando era pedido a cada entrevistado que falasse sobre os problemas gerais do Bairro, ou seja, os descrevessem, estes apenas citava um, dois ou três isoladamente, sem comentá-los. Estes problemas percebidos pelos entrevistados estão listados a seguir, junto com a frequência com que foram citados:

Tabela 12 - Problemas gerais do Bairro, segundo os entrevistados

Problemas gerais do Bairro, segundo os entrevistados	Quantidade de pessoas que se referiram a estes problemas (%)
Problemas na rede de esgoto	25
Buracos na pavimentação	20
Faltam áreas de lazer	15
Deslizamentos de terra	15
Ônibus e linhas insuficientes	15
Serviço de saúde precário	15
Violência	15
Escadarias sem manutenção ou improvisadas	10
Sujeira no Bairro	10
Falta de escolas	10
Coleta de lixo deficiente ou inexistente	5
Fome	5
Desinteresse dos moradores	5
Urbanização precária	5
Mato	5
Alagamento	5
Iluminação pública	5
Comércio tomando os espaços livres	5
Está melhorando (não há problemas)	5

Fonte: Pesquisa de campo, 2003

Interessante notar que os problemas na rede de esgotos e os buracos na pavimentação são os inconvenientes mais lembrados, de acordo com as entrevistas realizadas, o que talvez, possa ser atribuído à visibilidade e transtornos próprios do mau funcionamento dos esgotos, produto de um crescimento desordenado do Bairro, e das vias locais, que têm sua pavimentação arrasada pelo transbordamento destes mesmos esgotos, afetando a acessibilidade.

A acessibilidade também é trazida como problema em outros aspectos, o dos ônibus e linhas insuficientes, escadarias sem manutenção ou improvisadas, e o do comércio tomando os espaços livres. Contudo nenhum dos entrevistados uniu os problemas vários do Bairro sob expressões como acessibilidade, sistema viário, direito de ir e vir, e outras, fazendo notar uma baixa capacidade de abstração desses problemas, como se um fosse independente do outro.

Os outros problemas citados estão, efetivamente, presentes no Bairro, assim como em vários outros bairros populares de Salvador. O que chama a atenção é a baixa frequência com que cada problema é lembrado por cada morador entrevistado, muito distante de uma faixa onde se pudesse considerar que os habitantes de bairros populares de baixa escolaridade têm uma boa percepção dos problemas urbanos.

A análise da percepção causa-efeito é também buscada na pesquisa, através da pergunta sobre as causas dos problemas citados acima. Quando a pergunta “Esses problemas devem-se a quê?” era feita, a maior parte dos entrevistados atribuiu ao descaso ou falta de competência dos governantes (40% das opiniões) e à falta de organização/consciência/informação/participação dos moradores (35% das opiniões) a culpa da existência dos problemas gerais do Bairro. Outros causadores, segundo os entrevistados, dos problemas expostos anteriormente, seriam: o desemprego, as chuvas (pelos deslizamentos), e a violência, cada um desses citado por 5% dos entrevistados. Declarados como ignorantes das causas de tais problemas, foram 10%, que alegaram não saber nada sobre a sua origem.

O questionamento sobre a capacidade de administração dos governantes é válido, mas não se pode esquecer que eles são escolhidos pela maioria, pois o Brasil é uma República onde o poder é exercido, “em nome do povo” por representantes eleitos por este, de acordo com o § único do art. 1º da Constituição Federal de 1988, daí depreendendo-se que aqueles entrevistados que responderam que os problemas do Bairro devem-se à falta de preparo e ação dos moradores estariam corretos. Porém, isso não é verdadeiro, pois a mesma população que elege representantes inidôneos para exercer um poder que é seu, constitui-se de pessoas que não tiveram acesso à educação política, desenvolvimento de consciência crítica e talvez, sequer à educação básica formal obrigatória.

Percebe-se então a facilidade que o pobre tem de culpar-se a si mesmo pelos problemas urbanos enfrentados diariamente, que nunca estiveram sob seu controle, ou há muito fugiram da sua capacidade de ação.

Em relação aos entrevistados que declararam que as causas dos problemas do Bairro são o desemprego e a violência, está claro que esses não conseguem diferir entre causa e efeito, pois tanto violência como desemprego são conseqüências de um empobrecimento populacional e degradação social e infra-estrutural, e não motivo dos mesmos.

Dando seguimento à análise da capacidade de diagnóstico de problemas pelos entrevistados, foi pedido a cada um que desse sua opinião pessoal sobre o futuro do Bairro. De acordo com as respostas, pode-se observar que a maioria dos entrevistados (70%), baseados mais na fé de um futuro melhor do que na observação de melhorias efetivas, acredita que o Bairro vai crescer melhor, e não apenas inchar em temos populacionais, tendo assim, uma visão otimista do futuro.

Os entrevistados que não compartilham desta opinião estão divididos naqueles que acreditam que o Bairro vai ficar na mesma (20%) e naqueles que acham que o Bairro tende a ficar pior do que está (10%), devido à falta de cuidado político e ação dos próprios moradores, segundo os entrevistados de visão pessimista.

Outro aspecto interessante abordado na pesquisa é a capacidade de discernimento do entrevistado em relação às diferenças existentes (ou não) entre o Bairro da Engomadeira e bairros como a Pituba e a Barra, por exemplo. Quando confrontados os bairros citados, todos os entrevistados afirmaram haver algum tipo de diferença entre eles. As origens dessas diferenças foram creditadas fundamentalmente à renda dos moradores de cada bairro, pois 60% dos entrevistados citou a questão financeira expressamente. Citando a resposta de um entrevistado, as diferenças existem “porque a Barra é Bairro nobre e aqui (Engomadeira) é Bairro de pobre”.

Os outros entrevistados atribuem as diferenças não a causas econômicas, e sim, estruturais – Os bairros “nobres” seriam melhores porque são agraciados pelo governo por estarem em áreas turísticas e serem formados por moradores “experts” em reivindicação. Observa-se que, de fato, o poder de barganha das classes mais abastadas não pode ser negado, e as contradições entre os bairros nobres e os bairros pobres são notáveis em Salvador.

Contudo, quando a pergunta sobre uma possível comparação da Engomadeira com qualquer outro bairro da Cidade foi feita, 60% dos entrevistados declarou que não compararia seu bairro com nenhum outro de Salvador, pois cada um teria problemas diferentes.

Honestamente, eu não sou egoísta, mas meu bairro eu não comparo com nenhum, com todos os problemas que ele tem, mas eu não comparo, porque, eh..., em todos os bairros tem violência, em todos os bairros tem problemas, mas este bairro que eu vivo, que eu convivo, eu acho ele, não é que ele seja o melhor, o melhor em tudo não. Ele tem problema de água, luz, não, luz não tem não, porque graças a Deus, não falta tanta luz assim, energia. Falta transporte, falta segurança, falta tudo, mas eu acho assim, pra mim, eu saio, se eu tiver que chegar duas horas da manhã, que eu espero que continue assim, eu chego e ninguém me bole. (Marinalva Conceição, 40 anos, entrevistada)

Muitos dos entrevistados que responderam que não comparariam seu bairro com nenhum outro assim o fizeram devido ao orgulho expresso de morar em um

bairro que não seria, segundo eles, o pior bairro, e sim, um lugar aprazível, apesar das carências. Nota-se que a afetividade embota a análise crítica da realidade.

Já os entrevistados que comparariam a Engomadeira com algum outro bairro de Salvador (40%), assim o fariam com bairros como Sussuarana, Tancredo Neves, Mata Escura, Nordeste de Amaralina e outros, alegando que os problemas são os mesmos, principalmente decorrentes da omissão governamental.

### **b) Conhecimento de ordens de grandezas**

A capacidade da população pobre de pensar em ordens de grandeza, ou seja, população, dinheiro, tempo, etc, não é desenvolvida. Isso pode-se comprovar com uma pergunta feita aos entrevistados sobre o número de habitantes da Engomadeira, bairro que possui mais de 26.000 moradores. As respostas conseguidas estão no quadro abaixo:

Tabela 13 - Acerto quanto ao número de habitantes do Bairro da Engomadeira

Na sua opinião, quantas pessoas há no bairro da Engomadeira?	
Menos de 500 pessoas	0%
Entre 500 e 2.000 pessoas	5%
Mais de 2.000 pessoas	45%
Não faz idéia	50%
TOTAL	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2003

Em duas outras questões, que davam continuidade ao tema “problemas gerais do Bairro”, exposto anteriormente, foi perguntado a cada entrevistado quanto dinheiro ele usaria para resolver os problemas identificados por ele próprio (ver Tabela 13) e em quanto tempo isso seria feito, se ele fosse uma autoridade com autonomia para tanto. Não se trata aqui de obter um orçamento detalhado com custos e prazos, e sim uma tentativa de ver como os entrevistados pensavam em grandezas maiores que o valor de uma casa, ou o seu tempo de construção.

Com relação à quantidade de recursos financeiros necessários, 65% dos entrevistados respondeu não saber, não tendo sequer idéia aproximada do valor. Dos outros entrevistados, 30% responderam que seria necessário muito dinheiro,

sem definir um valor, e apenas um entrevistado arriscou-se a quantificar uma quantia: três milhões de reais para as melhorias no Bairro. Aos que responderam que seria necessário muito dinheiro, por certo podem considerar-se conscientes de que as obras públicas são muito mais custosas do que os valores costumeiros de ordem doméstica. O alto número de pessoas que não soube responder um valor aproximado pode ser devido ao fato de que as decisões econômicas são tomadas, geralmente, a “portas fechadas”, sem consulta a população em geral.

Para o tempo necessário para as melhorias do Bairro, 45% dos entrevistados respondeu que não saberia estipular um período de trabalho. Porém, 15% dos entrevistados respondeu que levaria menos de um ano para melhorar o Bairro; 10% deles levaria um ano, 20% precisaria de dois anos e 10% iria tomar mais de três anos para melhorar o Bairro. Essa é uma questão em que não há alternativas incorretas, pois, a subjetividade dos problemas é desmedida. Contudo, é importante perceber que boa parte dos entrevistados pensou em vários meses, o que é muito coerente, demonstrando que, em relação ao tempo, aparentemente as pessoas conseguem situar-se mais facilmente. Não se pode esquecer o fato de que existe uma visibilidade nas construções, devido a seu grande porte e tempo alongado, que permite que qualquer um acompanhe o andamento de uma obra.

### **c) Compreensão da relação Estado – Sociedade**

Esta relação foi trazida no questionário em várias perguntas. A primeira delas é a seguinte: “se você fosse a autoridade responsável, de que forma você resolveria os problemas urbanísticos deste Bairro?”

As respostas foram bastante variadas. Um dos entrevistados respondeu prontamente: “eu fugia”, ilustrando assim a dificuldade que são esses problemas a resolver. Entretanto, os que não fugiriam, responderam que as alternativas possíveis de progresso para o Bairro passariam por um processo de busca da autoridade competente às raízes dos problemas no Bairro, conhecendo o mesmo e diagnosticando-os para depois executar trabalhos em conjunto com a comunidade. Outros entrevistados responderam ainda que a resolução dos problemas urbanos do Bairro passaria por processos sociais de educação conscientizadora dos moradores, disponibilidade de projetos culturais para os jovens e crianças e combate à droga e violência e geração de empregos. Houve entrevistados, também, que disseram que,

sendo a autoridade responsável, resolveriam os problemas do Bairro executando melhorias urbanas. Todas as respostas podem ser consideradas corretas, pois não se trata aqui de formular a única alternativa mais viável, e sim, combinar os vários elementos identificados por cada entrevistado, porque, realmente, as melhorias urbanísticas passam por processos sociais, participativos, de concretização de obras, sempre com o enfrentamento direto das carências, e não de modo paliativo.

Dando seguimento à análise da compreensão sobre a relação Estado-sociedade, os entrevistados foram indagados sobre de quem seria a responsabilidade pelo financiamento das obras públicas. O resultado “povo”, que é o correto, foi dado por 85% dos entrevistados que tinham consciência que é o povo que possibilita, através de impostos, as ações do governo, entre elas as obras públicas.

Foram feitas também três questões onde se pedia que o entrevistado falasse quem é o prefeito de Salvador, o governador da Bahia e o Presidente da República. Quanto à Prefeitura, 19 entrevistados responderam que era Imbassaí, eleito em 2002, o prefeito de Salvador, e apenas uma pessoa respondeu que o prefeito era Lula, o atual Presidente do país, demonstrando esta pessoa estar alienada da situação política do País e do Município. Porém, enquanto o índice de acerto do prefeito foi alto, o do governador foi de 35%, ou seja, apenas sete pessoas sabiam ser Paulo Souto o governador baiano naquele momento. Em nível nacional, os entrevistados demonstraram que estavam bem informados: 90% acertou ao indicar Lula como Presidente do Brasil.

O número alto de erros quanto ao dirigente do Estado da Bahia talvez possa ser atribuído à dança que os mesmos políticos fazem com a cadeira do Governo do Estado: 15% dos entrevistados responderam ser César Borges o governador, outros 15% afirmaram que Antônio Carlos Magalhães era quem exercia este cargo, 5% disseram que o governador é Otto Alencar e 30% declararam não saber quem era o governador da Bahia.

Foi perguntado aos entrevistados, ainda no contexto político e entrando na categoria de reivindicação que será vista mais adiante, qual seria o elemento mais importante na hora de conseguir um serviço ou equipamento comunitário: seria a ação da associação de moradores como um grupo organizado; ou a iniciativa de grupos de vizinhos de forma espontânea; ou ainda a iniciativa individual; ou, por fim, ter um amigo político? Os entrevistados mostraram-se divididos quanto a isso, pois

45% revelou acreditar que a associação de moradores é o que tem mais peso na hora de alcançar aqueles objetivos. No entanto, 40% dos entrevistados respondeu que o mais conveniente era ter um amigo político, que faria com que várias fases do processo reivindicativo fosse suprimida, adiantaria as conquistas. Poucos entrevistados não optaram por essas alternativas – 10% acreditam que a iniciativa própria isolada é o melhor meio de busca, e 5%, que é a iniciativa de grupos de vizinhos de forma espontânea.

Pela análise do exposto acima, percebe-se que os entrevistados assimilam com vários níveis de intensidade a relação Estado-Sociedade. Isso pode ser considerado normal, pois é uma relação muito íntima e misteriosa, que ao tempo que demanda que população tenha conhecimento das nuances dos seus representantes e atos, não há uma transparência que permita ao povo acessar a máquina pública mais facilmente.

#### **d) Reivindicação**

A capacidade de reivindicação dos entrevistados também foi buscada no questionário de conhecimento, pois é um dado importante para saber em que campos a população já poderia estar preparada para perseguir as melhorias que deseja. A reivindicação passa obrigatoriamente, pela participação, pois é muito difícil reclamar por um direito que lhe pertence, estando sozinho, pois há uma fragilidade da pressão social sobre o Estado, que, como dito no Capítulo 1 (item 1.4), nem sempre está preocupado com o bem-estar social, devido a pressões sofridas por organismos economicamente mais poderosos.

Quando foi pedido aos entrevistados que respondesse se os mesmos se sentiriam confortáveis para elaborar um discurso contendo as reivindicações da comunidade, tendo que se dirigir a uma entidade financeira, a um político ou a uma empresa, ou a todos, 50% dos entrevistados declarou que seria capaz de tal atividade, tanto pela necessidade de trazer melhorias para seu ambiente urbano, como pelo conhecimento que estes teriam devido à convivência diária com os problemas urbanos.

A outra metade declarou-se incapaz de fazer tal discurso, pois se considera, de acordo com as respostas obtidas, despreparada, sem o conhecimento adequado para este fim, ou tímida a tal ponto de suprimir suas necessidades, por medo da

exposição a que estaria submetida. Como está expresso no Capítulo 1, isso é reflexo do baixo nível de escolaridade ou de uma escola que não leva em consideração o que o aluno sabe, fazendo-o sentir deslocado.

Então foi levada aos entrevistados a questão sobre preparo para entender os problemas urbanísticos da Engomadeira. Neste ponto, 55% dos entrevistados responderam que não se sentem preparados, alegando, maciçamente, falhas no desenvolvimento da sua vida escolar. O restante dos entrevistados, 45%, respondeu que se sente capaz de entender os problemas do Bairro, porque usam várias fontes informais para se inteirar dos acontecimentos da Engomadeira: o COMOBE, os vizinhos, os familiares, além de alegarem que a visão diária dos problemas urbanos é boa fonte de preparação para a luta.

E para saber quais seriam estes elementos reivindicados pela comunidade, foi pedido aos entrevistados que listassem os equipamentos ou serviços urbanos necessários ao funcionamento normal de um bairro, para que este tivesse autonomia, ou melhor, dispensasse seus habitantes de deslocar-se a outros bairros para ter a realização de determinada demanda. Foi formatada a seguinte tabela:

Tabela 14 - Equipamentos ou serviços urbanos necessários a um bairro, segundo os entrevistados

Serviço ou equipamento urbano	Frequência com que foi lembrado (%)
Posto de saúde	50
Escola	40
Posto (módulo) policial	40
Área de lazer	25
Mercado	15
Serviço de coleta de lixo	15
Transporte	15
Associação de moradores	10
Banco	10
Comércio	10
Padaria	10
Praça	10
Creche	5
Farmácia	5
Serviço de esgoto	5
Horta	0
Restaurante	0
Serviço de água	0
Serviço de iluminação pública	0
Serviço de telefonia pública	0

Fonte: Pesquisa de campo, 2003

A baixa freqüência com que alguns serviços são lembrados às vezes não corresponde à necessidade de sua existência. Todos os serviços e equipamentos urbanos são importantes, mas os entrevistados demonstraram preocupar-se prioritariamente com a saúde, violência, educação e lazer.

Fechando a seção “Reivindicações”, foi perguntado aos entrevistados o que cada um faria, se buscasse um serviço ou equipamento urbano para sua comunidade, com o objetivo de chamar a atenção para a sua causa. As respostas foram as seguintes:

Tabela 15 - Ações a serem desenvolvidas na busca de melhorias urbanas

Ações a serem desenvolvidas na busca de melhorias urbanas	Freqüência com que foi citada a ação pelos entrevistados (%)
Busca de pessoas com o mesmo interesse	25
Convocação para reunião	25
Manifestação	25
Propaganda "boca a boca"	20
Reunião de moradores	15
Divulgação pela TV	15
Divulgação no jornal escrito	15
Audiência com autoridade(s)	15
Divulgação pelo rádio	10
Campanhas educativas	10
Assembléia da população	5
Abaixo-assinado	0
Eleição de representantes (líderes)	0
Mutirão	0

Fonte: Pesquisa de campo, 2003

Várias possíveis formas de ação são expostas no quadro acima. Elas são as mesmas ações que podem ser empreendidas nas simulações em que se usa o Jogo da Cidade (ver cartas “AÇÃO”, na Especificação das Cartas, p. 27). Entretanto, algumas sequer foram citadas pelos entrevistados. A busca de pessoas com o mesmo interesse e a convocação para reunião são as ações mais lembradas pelos entrevistados, o que pode ser devido ao fato de essas ações poderem ser realizadas, independente de maior mobilização anterior, servindo assim como identificadoras de uma massa maior de pessoas com interesses comuns, facilitando assim, o desenvolvimento do processo de busca de serviços e/ou equipamentos urbanos.

#### 4. Diferenças no entendimento de termos e lógicas do urbanismo após o Jogo da Cidade



Foto 12 - Painel – Aplicação do Jogo da Cidade na Engomadeira  
Sílvia Ogawa / Anderson dos Santos, ago. 2003.

O Jogo da Cidade, como falado anteriormente neste trabalho, possibilita uma compreensão das lógicas de busca de melhorias para o bairro carente, através da evidenciação de técnicas básicas de reivindicação de serviços e equipamentos urbanos. Outro grande mérito do jogo é possibilitar a assimilação do aprendizado de ordens de grandeza e importância da implantação de equipamentos idôneos, ou seja, adequados, do ponto de vista legal, a partir do momento que as cartas do jogo são explicativas neste sentido. O aprendizado sobre diagnóstico e hierarquização de problemas fica a cargo da discussão inicial sobre as prioridades do jogo, onde os jogadores têm que se decidir por apenas um ou dois objetivos, dentre vários desejados pela população.

Para esta pesquisa, foi definido que o Jogo deveria ser jogado pelas mesmas pessoas que responderam o “Questionário de Conhecimento”, ou seja, aqueles 20 moradores entrevistados, que, de acordo com as respostas obtidas e mostradas na

tabela 12, provavelmente não estão no “pólo potencialmente engajado”, conceito criado por Nunes (2002, p. 45) para definir o grupo formado pelos moradores do bairro que tivessem certas características como propensão à participação na solução coletiva de problemas, além de outras enumeradas no item 3.1, Capítulo 3. Porém estas pessoas não deixam de ser facilmente mobilizáveis pelo COMOBE, o que dá a idéia de que existe uma categoria de pessoas que estariam “na órbita de associação, ou conselho de moradores”. É importante lembrar que, para responder os questionários, estas pessoas deveriam ter também mais de 16 anos, conforme explicado anteriormente no item “Metodologia do trabalho de campo”.

A proposta inicial do trabalho era que o Jogo da Cidade fosse utilizado como meio de aumento da compreensão dos termos e lógicas do Urbanismo, principalmente o participativo, pela população de Engomadeira. O decorrer da pesquisa, do jeito como foi planejada para ser efetuada em poucos turnos no Bairro – o Jogo da Cidade foi aplicado somente em dois dias – mostrou a impossibilidade de usar o Jogo da Cidade como um elemento único desse processo educativo. Este problema encontrado pela pesquisadora realça a necessidade da coordenação do jogo com outros elementos para desenvolver a percepção da realidade da pobreza pela própria população pobre.

Como a aplicação do jogo nesta pesquisa foi feita para uma amostra de pessoas que, como exposto antes, podem ser consideradas como estando em um raio de influência de uma associação, por terem se concentrado na associação de moradores do local, o COMOBE, para participar de um processo que levaria mais que o próprio tempo da aplicação do “Questionário de Conhecimento” (que tomou de 15 a 20 minutos por pessoa), então há certo temor por parte da pesquisadora, em concluir que o jogo acendeu a vontade de participar dos processos urbanos nessas pessoas. Mas uma coisa é consenso: à população-amostra foi levada a necessidade de saber produzir um discurso articulado, coerente e completo, mesmo porque a simulação mais importante do jogo é a carta “CONTATO”, que só funciona no jogo se for usada com um discurso rico, tanto formal, como materialmente, ou melhor, correto na estrutura e com informações sobre as iniciativas e ações desenvolvidas e recursos alcançados.

O Jogo da Cidade, portanto, não deixaria de ser um centro polarizador dos educandos, pois o simples manusear do jogo já aguça a curiosidade dos moradores, que acabam desenvolvendo interesse pela utilização do mesmo em todas as seções

de conversa na comunidade, o que une os vizinhos em prol de um objetivo comum, mesmo que simulado, mas que poderá ser a semente de processos de luta pela cidadania, hoje garantida pela nossa Carta Maior, de 1988, mas que nem sempre desabrocha nos setores oprimidos da sociedade, que assim, constroem sua vida paralelamente a uma outra, mais abastada.

O Jogo da Cidade serve como atividade de ensino não-formal (ou educação popular), pois é uma prática que, além de respeitar as condições culturais dos jogadores-educandos (verificação das necessidades reais do bairro na escolha dos objetivos prioritários), tenta aprimorá-los em um processo de ensino horizontal, de forma intensa, por ser uma simulação que pode ser aplicada, com certo grau de precisão, à realidade. Esse processo é importante para afinar a distância entre população carente e os urbanistas, que, como dito no item 1.4, Capítulo 1, vivem uma “ilusão urbanística”, por imaginarem que suas criações são coerentes com as necessidades de toda a Sociedade, quando na verdade, muitos estão a serviço de interesses econômicos e políticos de grupos hegemônicos.

## BIBLIOGRAFIA

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é comunicação**. São Paulo: Brasiliense, 1982. 106 p. il. (Coleção Primeiros Passos, v. 67).

CECCON, CLAUDIUS; OLIVEIRA, MIGUEL DARCY DE; OLIVEIRA, ROSISKA DARCY DE. **A VIDA NA ESCOLA E A ESCOLA DA VIDA**. 10. ED. PETRÓPOLIS: VOZES: IDAC, 1984. 95 P. IL.

DAMASCENO, Charlene et al. **Estudo de ordenamento e ocupação do Bairro da Engomadeira**. Salvador: UNEB, Curso de Urbanismo, 2002. Não publicado.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 150 p. il.

\_\_\_\_\_. **Política e educação: ensaios**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000. 119 p. (Coleção Questões de Nossa Época, v. 23).

GADOTTI, Moacir. **Convite à leitura de Paulo Freire**. [S.l.]: Editora Scipione, 1989. 175 p. il. (Série Pensamento e Ação no Magistério).

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 120 p. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 71)

KOOGAN, Abrahão; HOUAISS, Antônio. (Ed.) **Enciclopédia e dicionário ilustrado**. Rio de Janeiro: Delta, 1993. il.

KUNTZ, Margy. **Teacher's guide: an educacional companion for Simcity 3000**. [S.l.: s.n.], [entre 1999 e 2003], Disponível em: <[http://www.geocities.com/edit6100/Task\\_4/SimCity.html](http://www.geocities.com/edit6100/Task_4/SimCity.html)>. Acesso em 10 ago. 2003.

LACAZE, Jean-Paul. **Os métodos do Urbanismo**. Tradução de Maria Appenzeller. Campinas: Papyrus, 1993. 132 p. (Série Ofício de Arte e Forma).

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. 178 p.

MAGALHÃES, Lucila Rupp de. Analfabetismo, educação e competência – o que me assusta. In: LIBERATO, Ana Cristina Ruettimann (Org.). **Algumas reflexões sobre**

**educação.** Salvador: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1992. p. 11-20.

MELLO, Suely Amaral. **Linguagem, consciência e alienação:** o óbvio como obstáculo ao desenvolvimento da consciência crítica. Marília: Unesp-Marília-Publicações, 2000. 111 p. il.

NUNES, Débora. **Pedagogia da participação:** trabalhando com comunidades. Tradução de Ciro Sales. Salvador: UNESCO: Quarteto, 2002. 130 p. il.

\_\_\_\_\_. **Jogo da Cidade**, 2002. Copyright by UNESCO, França, 2003.

PEREZ, Carmen Lúcia Vidal. O prazer de descobrir e conhecer. In: GARCIA, Regina Leite (Org.). **Alfabetização dos alunos das classes populares:** ainda um desafio. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997. p. 55-68. il. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 6).

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos.** 10. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **A cidade como um jogo de cartas.** Niterói: EDUFF, Universidade Federal Fluminense, 1988. 192 p. il. (Projeto Editores).

SAUL, Ana Maria. A construção do currículo na teoria e na prática de Paulo Freire. 14 p. In: APPLE, Michael; NÓVOA, António (Org). **Paulo Freire:** política e pedagogia. Portugal: Porto Editora, 1998. p. 151-187. (Coleção Ciências da Educação).

SILVA, Sônia Regina Barreto. SANTOS, Antonieta da Conceição Souza. **Depoimento sobre a história do Bairro de Engomadeira.** Salvador, ago. 2003. Entrevistadora: Silvia Ogawa. 1 fita cassete.

SOUZA, Angela Gordilho. **Limites do habitar:** segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX. Salvador: EDUFBA, 2000. 452 p. il.

ZACCUR, Edwiges. "Fala português, professora". 17 p. In: GARCIA, Regina Leite (Org.). **Alfabetização dos alunos das classes populares:** ainda um desafio. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997. p. 14-30. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 6).

# APÊNDICE A – Questionário de Conhecimento

## QUESTIONÁRIO DE CONHECIMENTO

LOCAL:	ENTREVISTADOR:	Nº
--------	----------------	----

### 1. DADOS PESSOAIS DO ENTREVISTADO

Nome:		
Endereço:		
Sexo:	Idade:	Estado civil:
Profissão:	Número de pessoas na família:	
Renda familiar (SM):	Quantas pessoas trabalham na família?	
Estudou até que série na escola?	Entrevistado:	Chefe da família:

### 2. INTERESSES

2.1 Você se interessa pelos seguintes temas de notícias?

Política	(eleições/prefeitura/governo/guerras/democracia/etc)	(SIM)	(NÃO)
Economia	(moeda/dólar/plano real/crises/desemprego/etc)	(SIM)	(NÃO)
Lazer, diversão	(festas/viagens/comemorações/passeios/"focos de artistas"/etc)	(SIM)	(NÃO)
Educação	(escolas/universidades/conhecimentos/cultura/etc)	(SIM)	(NÃO)
Urbanização	(melhoramentos diversos na estrutura da cidade/problemas urbanos/transportes/etc)	(SIM)	(NÃO)

2.2 Na sua opinião, qual a melhor fonte de informação para saber das coisas que lhe interessam?

- |                               |                |
|-------------------------------|----------------|
| a) família, vizinhos e amigos | d) jornal      |
| b) rádio                      | e) escola      |
| c) tv                         | f) outro _____ |

2.3 Interesse despertado pelos seguintes assuntos (cite uma notícia recente sobre cada um dos itens):

	MUITO	+ OU -	POUCO
Assuntos relativos ao bairro			
Assuntos relativos à Salvador e à Bahia			
Assuntos relativos ao Brasil e ao resto do mundo			

2.4 O que mais o deixa preocupado:

- a) O dia de amanhã?
- b) Os próximos 12 meses (01 ano)?
- c) Os próximos anos?

2.5 Em ordem, o que te deixa mais preocupado, especificamente:

- a) ( ) Futuro e problemas familiares (seu, dos filhos, do companheiro(a))?
- b) ( ) Gastos com alimentação, transportes e outros?
- c) ( ) Problemas mundiais, como as guerras e a fome?
- d) ( ) Problemas brasileiros, como o desemprego e a violência?
- e) ( ) Com a vida no bairro?

2.6 Você ou alguém de sua família participa de alguma associação, grupo, clube, etc?

Eu próprio ( ) // familiar ( ) // ninguém ( )

Se sim, de qual tipo?

- |                            |                         |
|----------------------------|-------------------------|
| a) esportiva               | d) política ou sindical |
| b) religiosa               | e) outra _____          |
| c) associação de moradores |                         |

### 3. CONHECIMENTOS DE TERMOS E LÓGICAS DO URBANISMO

3.1 Quantas pessoas há no seu bairro?

- a) menos de 500 pessoas  
 b) entre 500 e 2.000 pessoas  
 c) acima de 2.000 pessoas  
 d) não faz idéia

3.2 Fale sobre os problemas gerais do seu bairro:


3.3 Esses problemas devem-se a quê?


3.4 Se você fosse a autoridade responsável, de que forma você resolveria os problemas urbanísticos deste bairro?


3.5 Quanto dinheiro usaria?

3.6 Quanto tempo levaria?

--

3.7 Quem paga as obras públicas: a) o povo? b) o governo?

3.8 Por que existem diferenças entre bairros como este e outros bairros como a Pituba, a Barra, o Itaigara, etc?


3.9 Com que bairro(s) de Salvador você compararia o bairro onde você mora? Por quê?


3.10 Dê a sua opinião sobre o futuro do bairro (ele vai crescer, ou não, vai ficar melhor, ou não...):


3.11 Se você fosse escolhido para contactar uma entidade financeira, um político, uma empresa, etc, para falar sobre deficiências no bairro e propostas você se sentiria confortável para elaborar um discurso contendo as reivindicações e as ações já realizadas pelos interessados? Por quê?


3.12 Você se considera uma pessoa preparada para entender os problemas do seu bairro? Por quê (onde você se informa sobre isso?)


3.13 Quem é o prefeito de Salvador?

3.14 Quem é o governador da Bahia?

3.15 Quem é o presidente da República?

3.16 O que você acha que é o mínimo necessário para implantar em um bairro, para que ele funcione normalmente?

- |                                       |                        |
|---------------------------------------|------------------------|
| a) ( ) Serviço de água?               | h) ( ) Uma padaria?    |
| b) ( ) Serviço de esgoto?             | i) ( ) Um restaurante? |
| c) ( ) Serviço de iluminação pública? | j) ( ) Uma farmácia?   |
| d) ( ) Serviço de telefonia pública?  | k) ( ) Uma horta?      |
| e) ( ) Serviço de coleta de lixo?     | l) ( ) Escola?         |
| f) ( ) Posto de saúde?                | m) ( ) Creche?         |
| g) ( ) Posto (módulo) policial?       | n) ( ) Outros _____    |

3.17 Se você tivesse interesse em algum serviço ou equipamento para a sua comunidade, o que você faria para despertar o interesse em outras pessoas que tivessem o mesmo interesse que o seu?


3.18 O que você acha que é mais importante na hora de conseguir um serviço ou equipamento comunitário:

- a) ( ) Associação de moradores (grupo organizado)?  
 b) ( ) Iniciativa de grupos de vizinhos (ou espontâneos)?  
 c) ( ) Iniciativa individual?  
 d) ( ) Amigos políticos?  
 e) ( ) Outros \_\_\_\_\_

3.19 Para conseguir um serviço ou equipamento para a sua comunidade, o que você faria para despertar o interesse nas outras pessoas para a sua causa (empresários, políticos, pessoas de dentro e de fora do bairro), que ações você faria, que passos seguiria?

- a) ( ) Busca de pessoas com o mesmo interesse  
 b) ( ) Convocação para reunião  
 c) ( ) Reunião de moradores  
 d) ( ) Divulgação pela tv  
 e) ( ) Divulgação pelo rádio  
 f) ( ) Divulgação no jornal escrito  
 g) ( ) Abaixo-assinado  
 h) ( ) Eleição de representantes (líderes)  
 i) ( ) Assembléia da população  
 j) ( ) Audiência com autoridade(s)  
 k) ( ) Manifestação  
 l) ( ) Mutirão  
 m) ( ) Outros \_\_\_\_\_

# **ANEXO A – Manual do Jogo da Cidade**

(Manual elaborado por Débora Nunes, adaptado por Silvia Ogawa)

## **JOGO DA CIDADE**

### **Objetivos do Jogo:**

**Pedagógico:** Criar processos simulados de conquista de serviços e equipamentos urbanos em bairros populares, a partir da iniciativa e mobilização dos próprios moradores, mostrando várias possibilidades de conseguir o desenvolvimento de um bairro.

**De estratégia de jogo:** Cada dupla de parceiros tem que formar uma canastra com os quatro (4) naipes do jogo (Viabilidade + Iniciativa + Ação + Recursos = VIAR). O serviço ou equipamento é conseguido quando esta canastra contém o total de dinheiro mínimo exigido para implementá-lo.

### **Composição:**

- 88 cartas;
- 20 ícones plásticos representando os equipamentos ou serviços que se quer conquistar;
- 01 planta do bairro em escala 1/500 (opcional).

### **Regras (como jogar):**

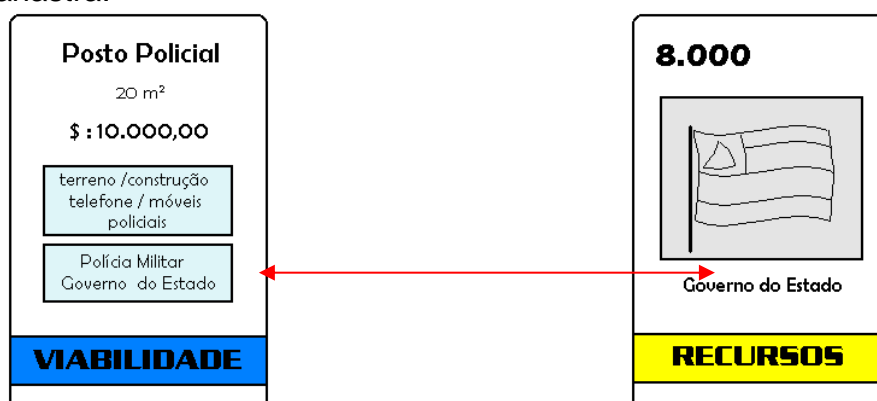
OBS: Este jogo segue o raciocínio do “Jogo de Buraco” e alguns passos do jogo se inspiram no jogo “*War*”.

- 1) Cada jogador escolhe seu parceiro de jogo. São necessárias duas duplas para jogar.
- 2) Os jogadores escolhem, de acordo com as necessidades reais do bairro, os objetivos (equipamentos ou serviços), priorizando os considerados mais urgentes. Devem ser escolhidos de 4 a 6 objetivos, usando os ícones como guias. Em seguida estes objetivos escolhidos são sorteados para cada dupla de jogadores.

3) Com a escolha dos objetivos, cada dupla deve pegar a carta VIABILIDADE correspondente ao ícone escolhido. Um dado importante é a escolha do terreno na planta do bairro em escala 1/500 (se esta for utilizada).

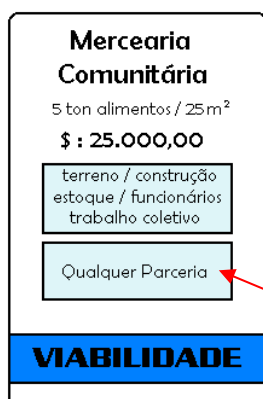
4) Cada carta VIABILIDADE deverá ser estudada, pois ela orientará a estratégia para a canastra.

5) Os serviços ou equipamentos vinculados a determinadas instituições (Prefeitura, Governo) só poderão ser obtidos com a presença de uma destas cartas. Ex: para uma dupla cujo objetivo é um Posto Policial, a carta de RECURSOS “Governo da Bahia” deverá estar presente, pois só esta autoridade é responsável pela polícia. No entanto, outros recursos podem ser adicionados a este na canastra.



OBS: quando da elaboração deste jogo, a autoridade competente pelo serviço de luz e telefone ainda era o Governo do Estado da Bahia. Hoje estes serviços são privatizados.

6) Nas cartas VIABILIDADE onde estiver escrito “Qualquer Parceria”, não é necessário recurso específico.



Quando “Qualquer Parceria” estiver escrita na carta VIABILIDADE, significa que não é preciso ter dinheiro do Estado ou da Prefeitura ou outro, basta ter dinheiro.

7) As duplas deverão ter objetivos equilibrados, ou seja, que tenham mais ou menos o mesmo custo para implantação. Cada uma deverá ter 2 ou 3 objetivos (com 2 o jogo vai mais rápido). Se cada dupla escolher mais de 3 objetivos, provavelmente faltarão cartas e os objetivos não são alcançados.

8) Embaralhar as cartas INICIATIVA, AÇÃO e RECURSOS.

9) Distribuir quatro cartas para cada jogador, são as “mãos”. O restante das cartas vai para a mesa formar o “monte”, de onde os jogadores devem “cavar” (igual a um jogo de buraco).

10) Cada jogador irá “cavar” ou “pegar na mesa”, sempre deixando uma carta na mesa para seguir com o jogo. A mesa nunca pode ficar sem uma carta virada.

11) Cada jogador só pode pegar cartas da mesa no máximo três vezes consecutivas (seguidas). Os outros jogadores têm que fiscalizar o número de vezes que aquele jogador pegou da mesa.

12) Para “baixar” cartas na mesa, é preciso ter a canastra de quatro naipes “VIAR”, composta das cartas VIABILIDADE, INICIATIVA, AÇÃO e RECURSOS. Com os quatro naipes na mesa, os dois parceiros poderão complementar o jogo com outras cartas para obter os pontos (dinheiro) necessários à aquisição do serviço ou equipamento.

13) Cada jogador tem sempre que ter uma carta na mão enquanto joga, caso contrário, ele perde.

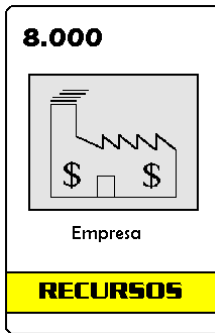
14) A carta CONTATO é usada para fazer a equipe dobrar os recursos já obtidos junto a um dos parceiros, geralmente àquele que fez a maior contribuição. Quem cava uma carta CONTATO montará um discurso, orientado pela carta, que o ajudará a recapitular todos os dados das cartas VIABILIDADE, INICIATIVA, AÇÃO e RECURSOS já obtidas. Neste discurso, o jogador deverá se identificar e se dirigir ao parceiro com polidez (educação) e seriedade. A equipe contrária poderá impedir que estes recursos sejam dobrados se comprovar que alguma informação das cartas dos oponentes não foi citada no momento do contato, ou que o contato não foi feito de forma adequada.

15) Quando se obtém os pontos (dinheiro) necessários passa-se ao objetivo seguinte sem aproveitar as sobras financeiras ou de pontos do objetivo anterior.

16) Cada dupla pode fazer os dois (ou três) objetivos simultaneamente, bastando, para isso, ter montado a canastra “VIAR” para cada objetivo.

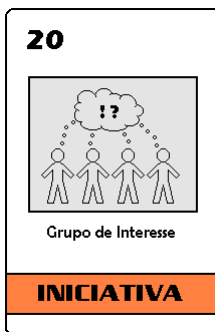
### **Pontuação:**

- Existem dois tipos de pontuação: PONTOS DE CHANCE e PONTOS MONETÁRIOS.
- Os PONTOS MONETÁRIOS são os valores que cada carta RECURSO traz. Variam de 1.000 a 10.000 e tentam seguir a lógica vigente de disponibilidade de recurso de cada parceiro. Ex:

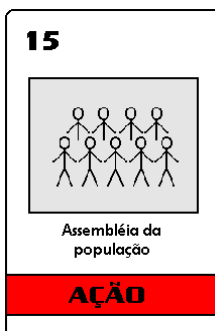


PONTOS MONETÁRIOS da carta “Empresa” = 8000 ou \$8.000.

- Os PONTOS DE CHANCE estão no canto superior esquerdo das cartas INICIATIVA e AÇÃO. Eles variam de 5 a 25, dependendo do peso político que cada carta representa. Os PONTOS DE CHANCE são transformados em PONTOS MONETÁRIOS multiplicando-se o valor encontrado na carta INICIATIVA ou AÇÃO por 100 (cem). Ex:



PONTOS DE CHANCE da carta “Grupo de Interesse” = 20  
 PONTOS MONETÁRIOS desta carta = 20 x 100 = 2000, ou \$2.000.



PONTOS DE CHANCE da carta “Assembléia da população” = 15  
 PONTOS MONETÁRIOS desta carta = 15 x 100 = 1500, ou \$1.500.

### Fim do jogo:

Ganha a equipe que conseguir realizar seus objetivos primeiro, isto é, aquela que conseguir implementar os serviços ou equipamentos pretendidos.